

CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE

UNIANDRADE

MESTRADO EM LETRAS

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIA LITERÁRIA

**LIMA BARRETO E O FEMININO: UMA ANÁLISE DAS QUESTÕES DE GÊNERO
EM SUAS CRÔNICAS**

ALINE ISABEL WASZAK

**CURITIBA
2023**

CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE
UNIANDRADE
MESTRADO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIA LITERÁRIA

**LIMA BARRETO E O FEMININO: UMA ANÁLISE DAS QUESTÕES DE GÊNERO
EM SUAS CRÔNICAS**

ALINE ISABEL WASZAK

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado
em Teoria Literária da Uniandrade.
Linha de Pesquisa: Políticas da Subjetividade
Professora orientadora: prof^a. dra. Greicy Pinto
Bellin

CURITIBA
2023

TERMO DE APROVAÇÃO

ALINE ISABEL WASZAK

LIMA BARRETO E O FEMININO: UMA ANÁLISE DAS QUESTÕES DE GÊNERO

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária do Centro Universitário Campos de Andrade – UNIANDRADE, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Greicy Pinto Bellin (UNIANDRADE)

Profa. Dra. Níncia Borges Teixeira (UNICENTRO)
CPF 006.881.439-97

Profa. Dra. Mail Marques de Azevedo (UNIANDRADE)

Curitiba, 8 de março de 2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha jornada na UNIANDRADE, especialmente à minha orientadora e professora Greicy Bellin, que ampliou a minha visão sobre a pesquisa acadêmica, permitindo que eu desenvolvesse minha pesquisa de forma mais leve. Agradeço também às professoras Mail e Níncia pelas importantes considerações sobre o meu trabalho.

À CAPES pela bolsa concedida para a realização desta pesquisa.

À minha família, minha rede de apoio e meu porto seguro.

Ao meu marido, Angelo, pelo apoio e compreensão pela minha ausência em diversos momentos em que a pesquisa teve de ser prioridade. Esta pesquisa somente nasceu e floresceu devido ao amor que compartilhamos por um certo escritor carioca.

Aos meus amigos, que sempre me incentivaram e me consolaram nos momentos difíceis. Larissa e Maybel, minhas companheiras de longa data, obrigada por sempre estarem presentes. Amanda, minha grande parceira do mestrado, agradeço ao apoio nos momentos de adversidades. A todos os meus colegas do mestrado pela parceria.

Ao mestre, Lima Barreto, cujas palavras me instigam profundamente.

“A minha atividade excede em cada minuto o instante presente, estende-se ao futuro. Eu consumo a minha energia sem recear que esse consumo seja uma perda estéril, imponho-me privações, contando que o futuro as resgatará – e sigo o meu caminho”

(“O destino da literatura”, Lima Barreto)

“Eu não me canso nunca de protestar. Minha vida há de ser um protesto eterno contra todas as injustiças”

(“Padres e Frades”, Lima Barreto)

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO	1
1. O RIO DA <i>BELLE ÉPOQUE</i> E LIMA BARRETO	4
1.1 O RIO DE JANEIRO, A INSTALAÇÃO DA REPÚBLICA E A <i>BELLE ÉPOQUE</i>	4
1.2 AFONSO HENRIQUES DE LIMA BARRETO: UM ESCRITOR NEGRO EM MEIO À <i>BELLE ÉPOQUE</i>	16
2. GÊNERO E MULHERES NA <i>BELLE ÉPOQUE</i>	28
2.1 QUESTÕES DE GÊNERO	28
2.2 SER MULHER NA <i>BELLE ÉPOQUE</i> BRASILEIRA.....	36
3. CRÔNICAS E A VISÃO DE LIMA SOBRE O FEMININO	44
3.1 CRÔNICA: A HISTÓRIA DE UM GÊNERO LITERÁRIO	44
3.2 LIMA E A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO FEMININA	47
3.3 LIMA E O REPÚDIO AOS UXORICIDAS	58
3.4 LIMA E O FEMINISMO	70
3.5 LIMA E A MODA, O CASAMENTO E OUTROS ASSUNTOS FEMININOS.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	100

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de investigar as crônicas do escritor carioca Lima Barreto focando no feminino e nas relações de gênero que perpassam seus textos. O autor dedicou parte de sua escrita a assuntos do universo feminino, como a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a luta por direitos políticos, educação feminina, moda feminina, os crimes de uxoricídio, entre outros. Foram selecionadas, ao todo, 28 crônicas publicadas em diversos periódicos e escritas entre 1911 e 1922. Nossa intenção é a de verificar como ocorre a representação do feminino nesses escritos, o que isto pode nos dizer sobre o contexto em que Lima viveu e de que modo este material nos auxilia a compreender o feminino para Lima Barreto. Para isso será necessário investigar o contexto histórico-social da Primeira República, entendendo as mudanças no Brasil com o advento da República e o ideal de feminilidade proposto neste período. Temos como base teórica autores que buscaram explicar como se deu a lógica da dominação masculina, como Simone Beauvoir e Pierre Bourdieu, e também as teóricas de gênero Joan Scott e Judith Butler. O desenvolvimento do trabalho ocorreu por meio da leitura de suas crônicas e consulta do material original de publicação na Hemeroteca Digital, considerando nosso referencial teórico e buscando descobrir como se dá a representação feminina na obra de Lima e o que este material nos revela sobre as relações de gênero naquele contexto. A pesquisa demonstra que Lima teve uma visão diferenciada sobre as mulheres, indo contra, em vários aspectos, o modelo de feminilidade em vigência. Também foi possível notar que o próprio escritor não concordava com algumas atitudes referentes à lógica de dominação patriarcal. Nossa intenção foi a de contribuir para a exploração de um tópico pouco avaliado na obra de Lima: o feminino e as relações de gênero.

Palavras-chave: Lima Barreto. Mulheres. Relações de gênero. Crônica.

ABSTRACT

This research aims to investigate the chronicles of the writer Lima Barreto from Rio de Janeiro focusing on the feminine and gender relations that permeate his texts. The author devoted part of his writing to issues of the female universe, such as the insertion of women in the labor market, the struggle for political rights, women's education, women's fashion, uxoricide crimes, among others. A whole of 28 chronicles published in several journals and written between 1911 and 1922 were selected. Our intention is to verify how the representation of the feminine occurs in these writing, what this can tell us about the context in which Lima lived and how this material helps us to understand the feminine for Lima Barreto. For this it will be necessary to investigate the historical-social context of the First Republic, understanding the changes in Brazil with the advent of the republic and the ideal of femininity proposed in this period. We have as theoretical basis authors who sought to explain how the logic of male domination occurred, such as Simone Beauvoir and Pierre Bourdieu, and the gender theorist Joan Scott and Judith Butler. The development of the work occurred through the reading of its chronicles and consultation of the original publication material in the digital Hemeroteca, taking into account our theoretical framework and seeking to find out how the female representation takes place in Lima's work and what this material reveals to us about gender relations in that context. The research demonstrates that Lima has a differentiated view of women, going against, in several aspects, the current ideal of femininity. It was also possible to notice that the writer himself did not agree with some attitudes regarding the logic of patriarchal domination. Our intention was to contribute to the exploration of a topic little evaluated is Lima's work: the feminine and gender relations.

Keywords: Lima Barreto. Women. Gender relations. Chronicle.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de analisar um conjunto de crônicas do escritor carioca Lima Barreto focando no universo feminino. Para isso fizemos um levantamento de crônicas com temas referentes ao mundo feminino, como a educação voltada às mulheres, o movimento feminista, casos de uxoricídio, moda feminina, entre outros. Ao todo, foram selecionadas 28 crônicas, em ordem cronológica de publicação: “A mulher brasileira” (1911); “A lei” (1915), “Não as matem” (1915); “Continuo” (1915); “Lavar a honra, matando?” (1918); “Os matadores de mulheres” (1918); “Tenho esperança que...” (1918); “Vera Zaslucht” (1918); “Como budistas...” (1918); “A amanuensa” (1918); “Os uxoricidas e a sociedade brasileira” (1919); “Pela Secção Livre” (1919); “Quereis encontrar marido? Aprendei” (1919); “Modas femininas e outras” (1919); “Amor, cinema e telefone” (1920); “A moda feminina” (1920); “O Doutor Frontin e o feminismo” (1920); “Legião da mulher brasileira” (1920); “Amazonas do Assírio” (1920); “Mais uma vez” (1920); “As mulheres na academia” (1921); “Coisas jurídicas” (1921); “Voto feminino” (1921); “A polianteia das burocratas” (1921); “O feminismo invasor...” (1922); “O feminismo em ação” (1922); “Uma atuação de Dona Berta” (1922) e “O nosso feminismo” (1922).

O grande número de crônicas de Lima dedicadas ao universo das mulheres é um rico material para refletir sobre questões de gênero na obra barretiana. Nossa intenção é a de analisar de que forma a presença feminina se faz nestes escritos e o que esta representação pode nos dizer sobre o contexto em que o escritor viveu. Além disso, acreditamos que as crônicas podem nos auxiliar a compreender o que era o feminino para o escritor Lima Barreto. Também são objetivos desta pesquisa compreender o contexto histórico, político e social em que Lima estava inserido: a *Belle Époque* no Rio de Janeiro em meio ao processo de consolidação do regime

republicano. É necessário entender também como se davam as relações de gênero nesta época, o que era e quais as reivindicações do movimento feminista do início do século XX, em qual movimento literário Lima estava inserido e quais as principais características do gênero literário crônica.

Acreditamos que, apesar de Lima Barreto ter se assumido como “antifeminista” convicto em sua crônica “O feminismo em ação” (1922), o que criou um estereótipo de que o escritor seria um “misógino”, ele apresenta uma visão interessante e inovadora sobre as mulheres, considerando os paradigmas de gênero de sua época. Um dos biógrafos de Lima, Francisco de Assis Barbosa, escreveu que as personagens femininas do escritor “são apenas desenhadas, vagas, imprecisas, faltando-lhes a densidade, por culpa talvez desse desconhecimento da alma feminina” (BARBOSA, 2017, p. 283). Discordamos da visão de Barbosa no que se refere à falta de conhecimento da alma feminina por parte de Lima, pois acreditamos que ele demonstra um lado sensível e admirador das mulheres ao defender a educação feminina, condenar publicamente os assassinatos cometidos por seus cônjuges, entre outros posicionamentos que o escritor apresenta nas crônicas selecionadas.

Estudiosos como Lilia Schwarcz, Nicolau Sevcenko e Denilson Botelho têm demonstrado a importância de Lima no debate das questões políticas da Primeira República, bem como nas denúncias ao racismo. Pouca atenção tem-se dado, porém, à questão feminina, como indicam as pesquisadoras Eliane Vasconcellos, Magali Engel e Maria Sandra da Gama. Para isso, será essencial a teoria de gênero. A fim de compreender a consolidação do poder masculino na sociedade, usaremos as autoras Mary Wollstonecraft e Simone de Beauvoir, bem como as considerações de Pierre Bourdieu. Utilizaremos as considerações a respeito da teoria de gênero por meio da leitura das pesquisadoras Joan Scott e Judith Butler. A pesquisa será dividida

em três capítulos: no primeiro faremos a contextualização histórica de nossa pesquisa. Serão retratadas as mudanças ocorridas na cidade do Rio com a instalação da República, bem como uma breve análise biográfica de Lima e uma revisão da fortuna crítica do escritor. No segundo capítulo iremos discutir sobre o patriarcado e como opera a dominação masculina, bem como exploraremos o conceito de gênero. No terceiro capítulo iremos discutir brevemente sobre o gênero literário crônica e adentraremos a análise do material selecionado, focando nas questões de gênero e no feminino.

Espera-se, com esta pesquisa, desmistificar a concepção de que Lima teria uma visão negativa sobre as mulheres, demonstrando uma nova faceta do escritor carioca. Consideramos significativo revisitar as crônicas de Lima Barreto e retomar a visão do escritor sobre as mulheres, o que tende a nos revelar qual era o modelo feminino para ele. Apesar de os debates sobre política, classes sociais e racismo perpassarem o material analisado, não temos o objetivo de enquadrar o autor em algum movimento político, nem de estabelecer um juízo de valor sobre suas opiniões, e sim, notar qual era seu posicionamento sobre as mulheres.

1. O RIO DA *BELLE ÉPOQUE* E LIMA BARRETO

Neste capítulo inicial pretendemos fazer uma contextualização do Brasil na passagem do século XIX para o XX e comentar a vida e obra de Lima Barreto. Enquanto crescia, Lima vivenciou no Rio de Janeiro a passagem do Brasil de monarquia à república e as mudanças culturais e políticas decorrentes deste processo. Estes acontecimentos impactaram de forma profunda a vida dos habitantes da então capital do Brasil, especialmente a dos mais humildes. Em meio a tantos acontecimentos faz-se necessário também compreender os impactos que isto causou na literatura da época e como o nosso escritor se enquadra neste paradigma literário. Faremos uma breve incursão pela vida de Lima por meio das biografias escritas por seus dois biógrafos: Francisco de Assis Barbosa e Lília Schwarcz. É tarefa importante verificar como os acontecimentos políticos e culturais perpassaram sua vida e como teve início sua vida como escritor e jornalista. Finalizaremos esta etapa recapitulando alguns trabalhos acadêmicos que analisaram a obra de Lima, dando um especial destaque aos estudos sobre gênero e o feminino.

1.1 O RIO DE JANEIRO, A INSTALAÇÃO DA REPÚBLICA E A *BELLE ÉPOQUE*

A paisagem que permeia as crônicas de Lima passou por um período conturbado não só politicamente, mas também estruturalmente, já que, com o advento da República, veio também a modernização da cidade e a mudança de hábitos da população. As transformações pelas quais o Brasil passa são, sobretudo, simbólicas. Na visão dos republicanos era necessário eliminar qualquer símbolo que lembrasse o mandato imperial de Dom Pedro II:

Para provar que a República vinha para ficar, alteravam-se rapidamente nomes e símbolos, na tentativa de dar mais concretude à mudança efetiva de regime. O largo

do Paço passou a se chamar 15 de Novembro; a Estrada de Ferro Pedro II, Central do Brasil; o Colégio Pedro II, Colégio Nacional; o vistoso conjunto de residências denominado Vila Ouro Preto foi batizado de Vila Rui Barbosa (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 318).

O indígena, que antes era utilizado como símbolo do Império, é substituído por uma imagem feminina inspirada na tradição clássica; enquanto na França a figura de Marianne, que alia as noções de liberdade, felicidade e fertilidade maternas se populariza, “por aqui as mulheres continuavam em casa, com vestimentas que lhe cobriam o corpo inteiro, e sem direito à participação política” (SCHWARCZ; STARLING, 2015 p. 319). A República também veio com a promessa de maior participação política para a população, mas, na prática, isso não ocorreu. Percebemos a falta de participação popular na própria proclamação da República, já que “o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava” (CARVALHO, 2019, p. 9). Após um conturbado início com os governos militares dos marechais Deodoro e Peixoto, instaura-se no Brasil o famoso acordo político entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, que ficou conhecido como “república café com leite” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 319). O controle do governo federal era decidido entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, já que “a força política de um estado sustentava-se no tamanho de seu eleitorado e na consequente extensão de sua presença parlamentar” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 322). Porém, quem era reconhecido como eleitor pela constituição republicana seria um número reduzido de pessoas, conforme explica o historiador José Murilo de Carvalho:

No Império como na República, foram excluídos os pobres (seja pela renda, seja pela exigência da alfabetização), os mendigos, as mulheres, os menores de idade, as praças de pré, os membros de ordens religiosas. A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo

se retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial. Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconheciam-se esse direito (CARVALHO, 2019, p. 43).

Para que possamos ter noção do impacto de tais restrições para o eleitorado, trazemos um dado: nas eleições presidenciais de 1894 somente 2% da população brasileira estava apta a votar (CARVALHO, 2019, p. 41). Não bastando estas limitações, o sistema eleitoral era muito fraudulento; algumas práticas eram características deste período histórico, como o “voto de cabresto”, ou seja, o voto em troca de algum favor pessoal, a falsificação de assinaturas e de cédulas eleitorais e a “degola”, ou seja, o não reconhecimento do indivíduo eleito para determinado cargo (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 322). As restrições do eleitorado associadas a um sistema eleitoral fraudulento permitiram que as oligarquias brasileiras se mantivessem no poder, aliando os interesses dos cafeicultores com a política econômica nacional. Nesse esquema político tivemos o surgimento de vários cargos públicos rendosos que eram cedidos por favores neste novo governo, o que gerou “o triunfo da corrupção destemperada em nome da igualdade de oportunidade” (SEVCENKO, 1983, p. 26). Não é à toa que o tema da corrupção é uma constante nos escritos de Lima e será um assunto presente em nosso material de análise, embora este não seja nosso foco principal.

E no centro de toda essa erupção social e política temos o Rio de Janeiro, que passará por diversas mudanças para se adequar a este novo tempo. Para Carvalho, é a partir da passagem da monarquia à república que a maior parte da população fluminense será envolvida nos problemas da cidade do Rio e do Brasil de forma mais intensa (CARVALHO, 2019, p. 16). Uma das primeiras consequências é demográfica:

a abolição da escravidão fez aumentar de forma substancial o número de desempregados. Além disso, temos o êxodo das regiões cafeeiras para a cidade, acrescido da chegada de um elevado número de estrangeiros, de forma que a população do Rio de Janeiro dobrou entre 1872 e 1890, indo de 266 mil habitantes para 522 mil (CARVALHO, 2019, p. 16). Estes fatores demográficos trouxeram algumas consequências: um grande número de pessoas em subempregos ou então desempregadas, problemas de habitação, saneamento e de higiene. Com a consolidação do novo regime, é dado ao Rio a função de “cartão-postal” da República: “Entrou-se de cheio no espírito francês da *Belle Époque*, que teve seu auge na primeira década do século. O entusiasmo pelas coisas americanas limitara-se às fórmulas políticas. O brilho republicano expressou-se em fórmulas europeias, especialmente parisienses” (CARVALHO, 2019, p. 37).

Com o intuito de também fazer do Rio de Janeiro “uma vitrine para os interesses estrangeiros”, o então presidente, Rodrigues Alves, montou uma equipe técnica para iniciar a regeneração da cidade (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 327). O plano tinha três grandes metas: renovar o porto, responsabilidade do engenheiro Lauro Müller, realizar o saneamento da cidade, a cargo de Oswaldo Cruz, e reformar a urbe, que seria supervisionada por Pereira Passos, engenheiro que conhecia o projeto de renovação da cidade de Paris feita pelo Barão de Haussmann (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 327). Nicolau Sevcenko esclarece que a inspiração europeia vai muito além do estético. Existia também um desejo de “ser estrangeiro”, mais especificamente francês, principalmente entre a burguesia brasileira:

Os navios europeus não traziam apenas os figurinos, o mobiliário e as roupas, mas também as notícias sobre as peças e livros mais em voga, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento, o lazer, as estéticas e até as doenças, tudo enfim

que fosse consumível por uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de modelos de prestígio (SEVCENKO, 1983, p. 36).

A questão da remodelação da cidade está totalmente ligada aos novos hábitos da burguesia brasileira, por isso, faz-se necessário compreender um pouco melhor os objetivos e os novos costumes desta classe social, que era um dos alvos de crítica constante de Lima. Os avanços dos valores da burguesia estavam atrelados “à febre de enriquecimento, ao domínio absoluto de valores materiais, à ânsia de acumular riquezas a qualquer preço” (CARVALHO, 2019, p. 40). A *Belle Époque* é baseada no ideal de progresso, e esta nova mentalidade exige uma remodelação dos costumes e até dos hábitos de higiene pessoal (SEVCENKO, 1983, p. 28). Uma de suas características é a “febre de consumo” que atinge a cidade, transformando a rua do Ouvidor num grande centro de novidades da última moda. Para a burguesia, o Rio de Janeiro era uma cidade atrasada, que não tinha a estrutura necessária para as demandas dos novos tempos. A reestruturação era necessária, não somente para atender a essa nova forma de vida, mas também para ocultar os antigos hábitos e costumes do Brasil imperial e de uma sociedade que, na visão da elite, não teria mais espaço em nosso país. Para Sevcenko, existem quatro princípios que coordenam as mudanças que ocorreram na capital do Brasil:

A condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense (SEVCENKO, 1983, p. 30).

A respeito das mudanças realizadas no Rio de Janeiro, Lima escreveu, em *Os Bruzundangas*, que, “De uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra

surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muito de cenografia” (BARRETO, 2018, p. 155). Com a transformação da cidade, a burguesia passou a ter novos espaços de sociabilidade: as varandas e os antigos salões são abandonados e dão espaço para as avenidas, praças e jardins (SEVCENKO, 1983, p. 37). Percebemos que esta condenação de antigos hábitos representa uma visão excludente, já que determina que existe um modo correto de se comportar, de se vestir, de manter sua higiene, negando os outros modos culturais de existência. Esta visão, também importada do velho continente, baseia-se no que chamamos de Darwinismo Social, que, para Sevcenko, foi “o credo por excelência da Belle Époque” (SEVCENKO, 1983, p. 81). De forma simplificada, podemos dizer que o “darwinismo social” ou a “teoria das raças” classificou a humanidade em diferentes tipos raciais, determinando a existência de raças superiores e raças inferiores, sendo que a mestiçagem (mistura de raças) seria uma degeneração racial e também social (SCHWARCZ, 1993, p. 78). Para os pensadores do Darwinismo Social, “a evolução europeia, e em especial a do tipo ariano, representaria um caso extremo em que o apuro racial teria levado a um caminho certo rumo à civilização” (SCHWARCZ, 1993, p. 80). A Europa, enquanto representante de uma civilização ideal, acaba sendo o modelo de comportamento humano, o que explica grande parte das mudanças pelas quais o Brasil passou nesse momento.

Segundo os preceitos do Darwinismo Social, a configuração social brasileira era “problemática”, já que grande parte da população não se enquadrava no ideal ariano, de pessoas de pele branca e olhos claros, além de sermos uma sociedade altamente miscigenada. Assim, como poderia o Brasil ser um país “civilizado”? Uma das soluções encontradas pela elite dirigente foi a exclusão, de forma literal, da parte da sociedade que não se enquadrava no modelo da *Belle Époque*. Segundo

Sevcenko, as mudanças estruturais no Rio iniciam-se com a demolição de casarões na região central (os famosos cortiços), a abertura da Avenida Central e a consequente expulsão da população humilde da região (SEVCENKO, 1983, p. 30). Na crônica “A Biblioteca”, Lima menciona a mudança da Biblioteca Nacional para a Avenida Central e critica a falta de acesso dos mais humildes a estes novos espaços:

A minha alma é de bandido tímido, quando vejo desses monumentos, olho-os, talvez, um pouco, como burro; mas, por cima de tudo, como uma pessoa que se estarrece de admiração diante de suntuosidades desnecessárias. É ficar assim, como o meu amigo Juvenal, medroso de entrar na vila do patrício, de que era cliente, para pedir a meia dúzia de sestércios que lhe matasse a fome – a espórtula! [...] Ninguém compreende que se subam as escadas de Versalhes senão de calção, espadim e meias de seda; não se pode compreender subindo os degraus da Ópera mulheres sem decote e colares de brilhantes, de mil francos; como é que o Estado quer que os malvestidos, os tristes, os que não têm livros caros, os maltrapilhos “fazedores de diamantes” avancem por escadarias suntuosas, para consultar uma obra rara, com cujo manuseio, num dizer aí das ruas, têm a sensação de estar pregando à mulher do seu amor? A velha biblioteca era melhor, mais acessível, mais acolhedora, e não tinha a empáfia atual (BARRETO, 2020, p. 43).

Lima narra o constrangimento que as novas construções causam na população mais humilde, formada, em grande parte, por um contingente de escravizados e seus descendentes, ou seja, pessoas negras. Para Carvalho, “no Rio reformado circulava o mundo *Belle Époque* fascinado com a Europa, envergonhado do Brasil, em particular do Brasil pobre e do Brasil negro” (CARVALHO, 2019, p. 39). A questão racial e o preconceito de cor, impulsionados pelo discurso das teorias raciais, são essenciais para se compreender o Brasil da Primeira República¹.

¹ Ressaltamos que o preconceito de cor no Brasil não nasce com a vinda das ideias do Darwinismo Social na virada do século XIX para o XX, no entanto, nesse momento esta teoria foi utilizada para legitimar a exclusão social de todos aqueles que não se enquadravam no ideal ariano.

Inclusive, os escritos de Lima têm sido valiosos para os estudos envolvendo raça no Brasil, conforme apontam estudiosos como Lilia Schwarcz. Por mais que este não seja nosso foco de análise, este tópico também estará presente no material a ser analisado.

Junto ao processo de expulsão das pessoas das classes mais baixas da parte central da cidade, houve também a condenação de seus hábitos. Uma das medidas tomadas pelo governo republicano foi a perseguição de praticantes da capoeira e a proibição do jogo do bicho, o que causou grande descontentamento do proletariado (CARVALHO, 2019, p. 29). Houve também um excesso de violência por parte do estado na repressão de motins após decretação da obrigatoriedade da vacina contra a varíola em 1904, criando um “sentimento agudo de abandono, desprezo e perseguição das autoridades oficiais para com a população humilde e em particular para com os brasileiros natos” (SEVCENKO, 1983, p. 68). Embora o governo imperial não fosse a melhor escolha política para a elite cafeeira naquele momento, para a população, de forma geral, em especial para os negros, a monarquia tinha certa popularidade antes de 1889, principalmente após o decreto da abolição da escravidão (CARVALHO, 2015, p. 29). A destruição dos cortiços juntamente com a perseguição e condenação de antigos hábitos populares promovidas pelo governo republicano fizeram com que o setor pobre da população não visse o novo regime com bons olhos.

Enquanto a burguesia busca estruturar a cidade a seu gosto, o grande número de pessoas desempregadas e a onda imigratória cria um alto índice de população marginal, o que contribuiu para a quebra da moral e valores antigos. Aqui citamos outro fator demográfico interessante que acaba influenciando este processo: temos uma predominância do sexo masculino no Rio, que formava cerca de 56% da

população²; esse desequilíbrio entre os sexos causa um baixo índice de matrimônios (CARVALHO, 2019, p. 17). Havia um alto número de solteiros e poucas famílias eram constituídas da forma regular; Carvalho também pontua que o índice de nupcialidade, embora não fosse expressivo, era relativamente maior entre homens brancos do que entre homens negros (CARVALHO, 2019, p. 17). Ainda, segundo o historiador, “os altos índices de população marginal e de imigração, o desequilíbrio entre os sexos, a baixa nupcialidade, a alta taxa de nascimentos ilegítimos são testemunhos seguros de costumes mais soltos” (CARVALHO, 2019, p. 26).

As mudanças de símbolos, a nova estrutura política e eleitoral, a reestruturação da cidade do Rio e dos costumes de seus habitantes nos permitem dizer que a situação do Brasil após a instauração da República era, certamente, complicada. O novo ritmo de vida também afetou a produção literária do período. Da mesma forma que o projeto de renovação do Rio era totalmente inspirado em Paris, o molde de produção de literatura também seguiu a mesma inspiração. Segundo José Murilo de Carvalho, “com poucas exceções, como o mulato Lima Barreto e o caboclo Euclides da Cunha, os literatos se dedicaram a produzir para o sorriso da elite carioca, com as antenas estéticas voltadas para a Europa” (CARVALHO, 2019, p. 38). Além da inspiração literária estar voltada para um outro continente, temos uma outra questão prática que dificulta a perpetuação da literatura em solo brasileiro: uma parcela muito pequena da população era alfabetizada. Estima-se que a cada 100 habitantes, apenas 16 ou 17 sabiam ler naquele momento (SEVCENKO, 1983, p. 88). Ou seja, havia um público leitor restrito.

² Dados de 1890, porém não há uma mudança significativa nos anos decorrentes. Sobre o índice de nupcialidade neste mesmo ano, girava em torno de 26% entre os homens brancos e caía para 12,5% entre os homens negros (CARVALHO, 2019, p. 17).

Para além dessas limitações, temos também a mudança do imaginário literário nesses novos tempos, o que está diretamente atrelado às transformações sociais pelas quais o Brasil passou. O ritmo de vida acelerado eliminou o tempo para a contemplação literária, o que causa um processo de metamorfose da sensibilidade coletiva para o público leitor carioca. Conforme os espaços de sociabilidade foram sendo substituídos – os antigos salões pelas ruas e praças da cidade –, alterou-se também a forma com que as relações amorosas se concretizavam: os namoros viraram flertes, constituindo relações mais efêmeras. Entre as diversas mudanças e novos ideais vindos com a *Belle Époque*, temos também novidades no mundo feminino com a chegada das ideias feministas e a conseqüente entrada da mulher no mercado de trabalho, assuntos que serão melhor tratados no próximo capítulo, que causam a dissolução do cavalheirismo e a mudança do ideal romântico feminino (SEVCENKO, 1983, p. 96). Os jovens acabam tendo novas aspirações: “o automóvel, a elegância, o retrato no jornal, a carreira diplomática” (SEVCENKO, 1983, p. 96).

Como ficam os intelectuais diante de tal cenário? De acordo com Sevcenko, a situação é de descaso, abandono, anonimato e no caso de Lima ainda há o peso do alcoolismo (SEVCENKO, 1983, p. 92). Além disso, para o historiador, esta atmosfera de indiferença causará “impulso autodestrutivo” na literatura deste período e irá se popularizar uma estética baseada na ironia, em especial “aquela de cunho social e reforçadora da solidariedade humana, como em Anatole France, e que encontraria seu melhor realizador no Brasil em Lima Barreto” (SEVCENKO, 1983, p. 99). Restará aos literatos unir-se ao Jornalismo, que acabou absorvendo praticamente toda a atividade intelectual existente até então. Os jornais ganham nova notoriedade com a *Belle Époque*, já que se tornam divulgadores desses ideais, além de realizarem campanhas rejeitando velhos hábitos, o que pode ser considerado como “a primeira

manifestação de um fenômeno de manipulação de consciência em massa no Brasil” (SEVCENKO, 1983, p. 100). Deste modo, temos uma mudança na condição social dos artistas que “viram-se assim compulsoriamente arrastados para o jornalismo, o funcionalismo ou a política” (SEVCENKO, 1983, p. 101). Lima fará parte tanto do meio jornalístico quanto do funcionalismo público; o veio jornalístico do escritor nos é de grande interesse, já que é por meio dele que tecerá suas polêmicas crônicas.

Apesar de atualmente ser mais conhecido como um romancista, devido ao sucesso de obras como *Triste Fim de Policarpo Quaresma* e *Clara dos Anjos*, podemos afirmar que Lima foi também um jornalista, já que foram publicados mais de 500 textos de sua autoria em periódicos da época (BOTELHO, 2013, p. 33). Lima é um dos exemplos de intelectual “absorvido” pelo Jornalismo durante a *Belle Époque*, sendo que, em certo ponto de sua vida, a escrita era sua forma de subsistência, especialmente após ter sido aposentado do serviço público na Secretaria de Guerra (BOTELHO, 2013, p. 39). Por mais que tenha escrito um grande volume de textos em vida, isso não significou que sua obra circulou amplamente entre o público leitor fluminense:

A grande maioria dos periódicos nos quais Lima Barreto publicava seus textos era de pequena expressão, resultado de iniciativas coletivas marcadas pela carência de recursos, com distribuição precária, além de baixas tiragens. Ou seja, não faziam parte do que se poderia denominar como a grande imprensa da época. Contudo, havia exceções como as revistas *Careta* e *Souza Cruz* (BOTELHO, 2013, p. 38).

Apesar de depender dos jornais para publicar seus trabalhos, Lima foi um grande crítico sobre a forma pela qual o Jornalismo operava, o que pode ser constatado em seu romance de estreia, *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Lima questionou o envolvimento do jornalismo com a política e condenava o domínio da opinião pública pela imprensa (SEVCENKO, 1982, p. 173). A imprensa não será a

única instituição sobre qual o escritor carioca tecerá suas críticas, já que também usou a pena para questionar os paradigmas científicos de seu tempo, os assuntos políticos, a exclusão social e as questões raciais da Primeira República brasileira. A variedade de temas é uma das principais características de Lima Barreto.

O temário de sua obra inclui: movimentos históricos, relações sociais e raciais, transformações sociais, políticas, econômicas e culturais; ideias sociais, políticas e econômicas: crítica social, moral e cultural; discussões filosóficas e científicas, referências ao presente imediato, recente e ao futuro próximo; ao cotidiano urbano e suburbano, à política nacional e internacional, à burocracia, dados biográficos, realidade do sertão, descrições geológicas e geográficas (fragmentos) e análises históricas. Praticamente tudo o que de mais relevante oferecia a realidade de sua época, como se pode perceber. E todos esses temas são refletidos de tal forma enovelados em seus textos, que não se pode dissociá-los ou isolar algum deles sob pena de se comprometer o efeito grandioso propiciado pelo seu concerto. Tudo concorre para compor um imenso mosaico, rude e turbulento, que despoja a *Belle Époque* de seus atavios de opulência e frivolidade (SEVCENKO, 1983, p. 162).

Para Sevcenko, Lima procurou fazer uma literatura utilitária, usando uma linguagem despojada e acessível (SEVCENKO, 1983, p. 162). Literariamente, Lima Barreto é enquadrado no movimento do “Pré-Modernismo”, que Alfredo Bosi caracteriza como “tudo o que, nas primeiras décadas do século, problematiza a nossa realidade social e cultural” (BOSI, 2017, p. 327). Fazem parte do time de literatos do Pré-Modernismo intelectuais como Graça Aranha, Euclides da Cunha, Oliveira Viana e Monteiro Lobato. A definição do que seria um movimento pré-modernista, no entanto, não é muito precisa e hoje criticada devido à “complexidade e heterogeneidade de sua produção cultural e da inadequação do termo” (ARAUJO, 2012, p. 118). Segundo Pessiani (citado por ARAUJO, 2012, p. 119), o período pré-modernista seria mais que um “simples anteparo do modernismo”, com características próprias e inovações literárias. Desta forma, acreditamos ser um pouco reducionista

a classificação de Lima enquanto um pré-modernista, pois consideramos que o valor de sua literatura acaba ofuscado pela supervalorização do movimento modernista – que, ironicamente, também não escapou das críticas de Lima.

1.2 AFONSO HENRIQUES DE LIMA BARRETO: UM ESCRITOR NEGRO EM MEIO À BELLE ÉPOQUE

A julgar pelo contexto histórico, é evidente que Lima teve uma vida literária muito conturbada, seja pela inexistência de um amplo mercado editorial, pelas questões raciais ou pelo contexto político complicado. As condições não estavam a seu favor, conforme veremos agora ao fazer uma breve análise de sua biografia. As datas importantes que envolvem a história do Brasil entre o final do Segundo Império e início da República misturam-se com as datas da vida de Lima Barreto. O escritor carioca nasceu em 13 de maio de 1881, mesma data em que seria abolida a escravidão no Brasil sete anos depois (SCHWARCZ, 2017, p. 21). Nascido ainda no Segundo Império, Lima vivenciou a transferência do Brasil de uma monarquia para a república em 1889. Morreu jovem, com apenas 41 anos, em 1922, ano da famosa Semana de Arte Moderna.

O histórico familiar de Lima demonstra claramente os traços da escravidão no Brasil: sua avó materna, Geraldina Leocádia da Conceição, era uma escrava alforriada da família Pereira de Carvalho (SCHWARCZ, 2017, p. 31). Acredita-se que a mãe de Lima era filha do Dr. Manuel Feliciano Pereira de Carvalho, que, embora nunca tenha assumido a paternidade, era padrinho de batismo de Amália Augusta (SCHWARCZ, 2017, p. 31). Manuel Pereira Carvalho era um médico, “Cirurgião-mor do Exército, diretor da Faculdade de Medicina, presidente da Academia Imperial de Medicina, conselheiro de S.M., o Imperador” (BARBOSA, 2017, p. 32). Para a

historiadora e biógrafa de Lima, Lilia Schwarcz, “a sociedade patriarcal brasileira, sem ser oficialmente poligâmica, era, porém, permissiva no que se referia a uniões extraconjugais entre senhores e escravas, se não estáveis ao menos duradouras” (SCHWARCZ, 2017, p. 36). Tanto Geraldina, avó de Lima, quanto Amália, mãe de Lima, eram “dependentes” da família Pereira de Carvalho, algo comum entre escravos alforriados e seus familiares na sociedade daquela época:

A avó de Lima, Geraldina Leocádia, fora alforriada quando a família se mudou para o Rio. Os Pereira Carvalho parecem ter se adiantado ao movimento que seria mais geral apenas na década de 1880, concedendo alforria condicional mas preservando os libertos por perto. A condição de liberto previa, no limite, a fidelidade ao antigo senhor, e muitos deles permaneceram na órbita de seus ex-proprietários, em circunstâncias sutilmente diferentes. Esse foi o caso, como vimos, de Geraldina, mas também, e de certa maneira, o de Amália, de quem o dr. Manuel Feliciano era padrinho de batismo. Os motivos para receber a tão desejada carta de liberdade eram vários, porém não poucas vezes razões simples, pautadas em desígnios do coração, falavam mais alto. Escravos domésticos eram muito bem aquinhoados nesse quesito, por conta de uma vida inteira passada na intimidade do lar. E o exemplo da avó de Lima aí estava, a confirmar a regra (SCHWARCZ, 2017, p. 37).

Por ser uma agregada da família Pereira Carvalho, Amália recebeu boa educação e conquistou o diploma de professora, trabalhou como educadora de meninas e chegou a ser diretora da escola, atingindo uma posição distinta, considerando sua condição social (SCHWARCZ, 2017, p. 40). Amália Augusta foi também a primeira professora de Lima; sua imagem teria grande impacto na vida do escritor. A escravidão permeou também a vida de pai de Lima, João Henriques. João era filho de uma escrava, Carlota Maria dos Anjos, e de um português que não assumiu a paternidade e cortou totalmente os laços com filho e mãe (SCHWARCZ, 2017, p. 42). A avó paterna de Lima seria sua inspiração direta no romance *Clara dos Anjos*, em que o autor conta a história de Clara, uma menina negra que termina a

narrativa grávida e abandonada, conforme ocorreu com sua avó. Apesar de um início de vida difícil, João Henriques também contou com o protecionismo para buscar uma vida melhor: tinha grande proximidade com Afonso Celso de Assis Figueiredo, futuro visconde de Ouro Preto, o que lhe garantiu bons estudos e uma vaga de emprego como tipógrafo do jornal *A Reforma* (SCHWARCZ, 2017, p. 41).

Afonso Figueiredo era próximo da família Pereira Carvalho, proximidade que favoreceu o encontro de Amália Augusta e João Henriques. O pedido de casamento foi realizado em 1877, quando Amália tinha 15 anos e João 22 anos; casaram-se em novembro de 1878 e mudaram-se para a rua Ipiranga, 18 (SCHWARCZ, 2017, p. 41). No mesmo local, o casal fundou uma escola para meninas: o Colégio Santa Rosa. Conforme aponta Schwarcz, “os Barreto pareciam representar um bom exemplo de emancipação pela ação cultural e da educação; uma das molas que impulsionavam a elevação social e financeira. Todos esses ideais ficariam marcados na obra futura de Lima” (SCHWARCZ, 2017, p. 48). Filho de mãe professora e de um pai que tinha uma boa carreira profissional, Lima irá ressaltar em muitos textos a importância da educação para a formação de uma sociedade igualitária. Apesar da confortável posição social obtida pelo casal Barreto, eles ainda enfrentariam uma série de dificuldades.

Dez meses após o casamento, tiveram seu primeiro filho, Nicomedes, que não resistiu e morreu depois de 8 dias. Amália teve um parto difícil e teve sequelas ficando com traumatismo e paralisia nas pernas, fatores que abalaram muito sua saúde (SCHWARCZ, 2017, p. 54). Mesmo assim, ainda teve quatro filhos: “Afonso Henriques em 1881, Evangelina em 1882, Carlindo em 1884 e Eliézer em 1886” (SCHWARCZ, 2017, p. 54). Afonso Henriques de Lima Barreto, nascido em maio de 1881, torna-se então o filho mais velho do casal e leva em seu nome uma homenagem a seu

padrinho, Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro de Preto, e a seu pai, João Henriques. A mãe de Lima, já debilitada, teria uma piora em seu quadro de saúde, o que fez com que a família Barreto mudasse de endereço algumas vezes na tentativa de encontrar um clima mais apropriado para os pulmões de Amália Augusta (SCHWARCZ, 2017, p. 54). Apesar das diversas tentativas de salvá-la, Amália não sobreviveu à tuberculose, deixando João Henriques viúvo com quatro filhos pequenos em 1887, quando Lima contava com 6 anos de vida. Não bastando a difícil situação para a família Barreto, ainda haveriam de enfrentar o estigma da doença de Amália, devido ao fato de “a tuberculose ser entendida como um sinal hereditário de degeneração, muito próprio dos grupos mestiçados” (SCHWARCZ, 2017, p. 57), corroborando com o discurso do Darwinismo Social em voga na época.

A morte de Amália deixará uma grande marca em Lima Barreto. Para Francisco de Assis Barbosa, “a mais forte impressão de Lima Barreto, nos primeiros anos da vida, foi sem dúvida a morte da mãe. Sem os carinhos de Amália, o mundo como se fechou para o menino ‘taciturno, reservado e tímido’ que era” (BARBOSA, 2017, p. 53). Barbosa também comenta que, logo após a morte da mãe, Lima foi acusado injustamente de um furto e contou em seu *Diário Íntimo* que teve vontade de se matar (BARBOSA, 2017, p. 53). A tristeza causada pela perda da mãe marcará profundamente o escritor, que “reagirá sempre assim, com extremada violência, ante as injustiças do mundo e as incompreensões das pessoas que o cercam. Com violência às vezes desmedida e inconsequente” (BARBOSA, 2017, p. 53). Tal fator pode ser notado facilmente em sua escrita.

Lima teve os estudos financiados por seu padrinho, visconde de Ouro Preto, e foi educado na chamada “escola de d. Teresa”, outra figura feminina marcante da infância do futuro escritor (SCHWARCZ, 2017, p. 60). Dentre as lembranças que tem

de D. Teresa, Lima lembra que foi ela quem deu a ele a notícia de que a escravidão havia sido abolida no Brasil a partir de 13 de maio de 1888, aniversário de 7 anos de Lima. Com a abolição da escravidão veio também o declínio do Império, o que causaria uma nova reviravolta na vida dos Barreto. À época, João Henriques atuava na Imprensa Nacional e perdeu seu posto com a queda da monarquia; para sustentar seus filhos, conseguiu um cargo de escriturário das Colônias de Alienados na Ilha do Governador e mudou-se com a família para lá (BARBOSA, 2017, p. 59). No entanto, Lima e sua irmã Evangelina ficaram no Rio para prosseguir com os estudos. Agora o jovem Afonso seria matriculado num internato, o Liceu Popular Niteroiense, colégio frequentado por uma elite, o que foi custeado pelo padrinho (BARBOSA, 2017, p. 60). Após terminar o Liceu, Lima deveria ingressar no curso preparatório para então entrar na Escola Politécnica. Era perceptível o abalo devido à morte da mãe durante a infância e adolescência de Lima. Segundo um de seus colegas de escola, “Lima Barreto não tinha jeito de menino. Antes parecia um velho. Não gostava de brincar. Enquanto os outros corriam pelo recreio, ele vivia metido nos cantos, com os seus livros e os seus problemas” (BARBOSA, 2017, p. 80).

Tinha 15 anos quando ingressou na Escola Politécnica, sobretudo, para agradar o pai que o queria doutor (BARBOSA, 2017, p. 94). Será neste ambiente que Lima passará a enfrentar os desafios de ser uma pessoa de cor. Ao comentar sobre o nome de Lima, um de seus veteranos disse, de forma muito infeliz: “Vejam só! Um mulato ter a audácia de usar o nome de rei de Portugal!” (BARBOSA, 2017, p. 104). Mas foi também durante este período que Lima começou suas andanças pela cidade do Rio, já que a Politécnica ficava localizada no largo de São Francisco e nas proximidades estavam a Rua do Ouvidor, a Livraria Garnier e vários cafés em que literatos se encontravam. Foi na Politécnica também que Afonso conheceu seu amigo

Bastos Tigres, que o convidou para ser colaborador do jornal *A Lanterna*, um periódico de estudantes focado em ciências, letras, artes, indústrias e esportes (BARBOSA, 2017, p. 97). O plano era que Lima se formasse engenheiro, conforme o desejo do pai, no entanto, a vida dos Barreto iria passar por uma nova guinada. João Henriques sofreu um surto psicótico em 1902 e tirou uma licença para cuidar da saúde (BARBOSA, 2017, p. 122). Esperava-se uma melhora no seu quadro de saúde, no entanto, ela nunca aconteceu. Coube a Lima, como filho mais velho, assumir o cargo de chefe de família.

O pai de Lima foi aposentado e o valor de sua aposentadoria era insuficiente para sustentar os filhos. Assim temos o início de uma nova e importante fase na vida de Afonso Henriques: ele abandona os estudos na Politécnica e presta um concurso para o cargo de amanuense na Secretaria de Guerra. Ele foi nomeado em 27 de outubro de 1903 e tomou posse do cargo no dia seguinte (BARBOSA, 2017, p. 129). A biógrafa de Lima explica que a função de um amanuense era a de reproduzir e copiar textos e documentos; eram conhecidos como “copistas” ou “escrivães” e inspiraram personagens importantes como o Bartleby de Herman Melville (SCHWARCZ, 2017, p. 143). Lilia se apropria do personagem para explicar a situação de Lima e de muitos intelectuais que acabaram no funcionalismo público:

Bartleby era um jovem escriturário que, para desespero do seu chefe, sempre que lhe requisitavam algum serviço respondia simplesmente que “preferiria não fazer”. A simbologia é forte e lida com a imagem desse profissional que, depois de tanto escrever, acaba se paralisando. No Brasil da Primeira República, sobretudo na capital, que inchava com tantos novos empregos destinados ao funcionalismo público, e diante da pouca especialização, a profissão ia virando regra em meio à intelectualidade, não exceção. Tratava-se ainda de uma saída para o que era então chamado de “complexo de Bartleby”. Retirado do personagem de Melville, o conceito significava aproveitar-se do sistema e encontrar um ganha-pão nas franjas dele (SCHWARCZ, 2017, p. 143).

Um ganha-pão: é exatamente desta forma que Lima verá sua vida como amanuense na Secretaria de Guerra. Tinha uma família para sustentar e contas a pagar, porém, seu principal interesse era escrever. Em seu *Diário Íntimo* deixa claro o quanto desgostava do ambiente de trabalho: “O que me aborrece mais na vida é esta secretaria. Não é pelos companheiros, não é pelos diretores. É pela sua ambiência militar, onde me sinto deslocado e em contradição com a minha consciência. Não posso suportá-la. É o meu pesadelo, é a minha angústia” (BARRETO, 2018, p. 578), escreveu em 20 de abril de 1914. Apesar do desgosto pela profissão, é neste ambiente que Lima irá observar de perto como funcionavam as politicagens da Primeira República, o que renderá um grande volume de textos escritos pelo autor.

Prova de sua vontade de escrever e divulgar aquilo que escrevia é o fato de Lima ter aceitado ser editor e diretor do periódico *Floreal*, idealizado por ele próprio e alguns colegas com o objetivo de publicar seus textos e fazer uma crítica à literatura defendida pela Academia de Letras (SCHWARCZ, 2017, p. 194). Para Lima, a revista era uma oportunidade de mostrar sua literatura para o público carioca, já que não teve a chance de “‘nascer de pai livreiro’, nem estava disposto às ‘vis curvaturas’ e ‘iniciações humilhantes’ a que se submetiam os novos diante dos mandarins das letras e da grande imprensa” (BARBOSA, 2017, p. 169). Foi na *Floreal* que Lima publicou os primeiros capítulos de seu romance de estreia, *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, obra que critica claramente o Jornalismo da época, além de demonstrar o sentimento de deslocamento de Lima diante de uma sociedade cheia de preconceitos. A *Floreal*, no entanto, não vingará, e acaba na sua quarta edição.

O insucesso do periódico e a falta de êxito em publicar seu trabalho trarão consequências para Lima. Para Francisco Barbosa, nesse momento da vida, Lima “julga-se só, abandonado dos amigos, que já não o procuram. Vê tudo negro. É tão

grande a depressão que pensa no suicídio. Procura então a bebida como lenitivo, pois só o álcool tem poder para fazê-lo esquecer a imensa amargura” (BARBOSA, 2017, p. 170). Além do insucesso literário, o autor lamenta em seu diário por não ter constituído uma família, seu excesso de responsabilidades com seus irmãos e chega a duvidar de sua inteligência (BARBOSA, 2017, p. 170). Todos estes fatores, somados à questão da doença de seu pai, levam Lima a procurar conforto na bebida, iniciando um período sombrio em sua vida. Foi internado pela primeira vez em 1914, pelo seu próprio irmão, no Hospital Nacional de Alienados devido a fortes alucinações causadas pela bebida (SCHWARCZ, 2017, p. 271).

A internação devido ao alcoolismo foi muito impactante para Lima, tema que virou literatura, como é o caso de *Cemitério dos Vivos*, uma obra inacabada sobre este momento. A doença passou a fazer parte de sua vida, afetando suas relações pessoais e de trabalho, já que eram constantes os pedidos de afastamento médico. Para Lilia, neste momento da vida, Lima “trazia o hálito dos alcoólatras, a camisa e o colarinho sujos, o chapéu de palhinha encardido, a barba por fazer, os sapatos furados, o cabelo desgrenhado e o andar cambaleante” (SCHWARCZ, 2017, p. 289). Ainda assim, este foi um dos períodos mais produtivos de sua vida, já que ele aparecia com frequência em jornais e iria publicar, em folhetim, seu romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* (SCHWARCZ, 2017, p. 289). Lima seria internado novamente em 1919 devido a crises de delírio, muito similares às de seu pai João Henriques, e foi liberado após 30 dias no hospital (BARBOSA, 2017, p. 292).

O escritor carioca ia se encaminhando para o fim de sua vida. Mesmo após as duas internações e de reconhecer seu problema com o álcool, não conseguia livrar-se do vício que ia, aos poucos, debilitando sua saúde. Segundo contam seus dois biógrafos, Francisco e Lilia, nesse ponto da vida, Lima já tinha uma aparência bastante

envelhecida e abatida, por mais que ainda não tivesse completado 40 anos de vida (BARBOSA, 2017, p. 298). Nos últimos anos de sua existência, entre 1920 e 1922, produziu muito, tendo finalizado as obras *Histórias e sonhos*, *Marginália*, *Feiras e mafuás*, *Bagatelas* e *Clara dos Anjos*. Lima morreu em 1º de novembro de 1922, em sua casa, de um infarto fulminante; seu pai, João Henriques o acompanharia 48 horas depois (SCHWARCZ, 2017, p. 485). Trouxemos aqui, de forma resumida, algumas informações biográficas sobre o escritor. Sempre que necessário, retomaremos a algumas especificidades de sua história a fim de compreendermos melhor sua escrita.

Influenciado pelo conturbado contexto histórico que viveu, a obra de Lima tem um perfil marcadamente político, conforme demonstraram diversos pesquisadores que se debruçaram sobre sua obra. Carlos Nelson Coutinho destaca, em seu artigo “O Significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira”, o caráter realista da escrita de Lima e diz que o autor busca por uma literatura “que conjugue indissolavelmente a grandeza estética com um profundo espírito popular e democrático, com uma aberta tomada de posição em favor dos ‘humilhados e ofendidos’” (COUTINHO, 1974, p. 18). O próprio Nicolau Sevcenko destacou o caráter de escritor-cidadão em Lima Barreto e o fato de o escritor ver na literatura um papel de transformação social (SEVCENKO, 1987). Seguindo esta lógica, temos o trabalho de Denilson Botelho, que, em sua tese intitulada “Letras militantes: história, política e literatura em Lima Barreto” (2001), buscou demonstrar que o autor tinha um perfil literário engajado politicamente.

O campo político é bastante amplo e por este motivo é possível estudar a obra de Lima sob variadas perspectivas, sendo o feminino e as questões de gênero uma delas. Em 1981, foi publicado o livro *Um mulato no Reino de Jambom: as classes sociais na obra de Lima Barreto*, escrito por Maria Zilda Ferreira Cury. Apesar do foco nas classes sociais, a pesquisadora dedicou parte de sua análise ao feminino na obra

de Lima, apontando as críticas que o autor fez ao feminismo e sua incoerência em alguns pontos, demonstrando que ele tinha certa “simpatia com a condição feminina” (CURY, 1981, p. 71). Tratando-se da mulher na obra de Lima é essencial a pesquisa de Eliane Vasconcellos intitulada *Entre a agulha e a caneta: a mulher na obra de Lima Barreto* (1999). A pesquisadora fez a análise de alguns perfis femininos na obra de Lima, bem como também buscou estudar a mulher em suas crônicas, trazendo uma importante contribuição para os estudos de gênero na obra barretiana (VASCONCELLOS, 1999). Vasconcellos também redigiu um importante artigo, “Lima Barreto: misógino ou feminista?” (1992), em que discute o antifeminismo do escritor, que lhe rendeu a sua má fama de misógino.

Em suas análises, Eliane Vasconcellos alega que “dizer que o autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma* era ‘antifeminista’ e misógino é assumir uma opinião precipitada” (VASCONCELLOS, 1992, p. 267) e que as posições do autor refletem o seu momento histórico e as oscilações da sociedade da *Belle Époque*. As contribuições da pesquisadora possibilitaram uma nova leitura sobre o feminino na obra de Lima, abrindo o caminho para que mais pesquisadores buscassem desvendar as relações de gênero que permeiam a obra do escritor para além do estereótipo de misoginia a ele atribuído. Conforme mencionamos na introdução, o próprio biógrafo de Lima, Francisco Assis Barbosa, acreditava que o escritor desconhecia a alma feminina (BARBOSA, 2017, p. 283), visão que muitos estudiosos tentam dismantelar. A exemplo disto temos a dissertação de Fabiana Câmara Furtado intitulada “Perfis da *Belle Époque* brasileira: uma análise das figuras femininas em Lima Barreto” (2003), em que a estudiosa se debruça sobre dois perfis femininos retratados por Lima: a mulher burguesa e a mulher negra e suburbana.

Outra pesquisa importante é a de Maria Sandra da Gama intitulada “Entre mulheres e fronteiras, um escritor: lugares do feminino na obra de Lima Barreto (1902-1922)” (2015). Em sua análise, a estudiosa demonstrou que a obra de Lima tem uma variedade de imagens femininas e que ele, “de um lado, transgredia com o estabelecido e, de outro, ecoava aspectos das imagens negativas que desqualificavam e pesavam sobre o mundo feminino” (GAMA, 2015, p. 79). Com um material de análise mais específico, Henrique Sergio Corrêa buscou investigar como Lima aborda o feminino na revista *A.B.C.* em seu artigo “A construção da mulher sob a ótica de Lima Barreto na revista *A.B.C.*”. Dando um destaque especial às crônicas do escritor carioca, Corrêa demonstrou que Lima sempre buscou suscitar um questionamento sobre o papel feminino na sociedade em que viveu, tratando de temas relevantes como o casamento e o divórcio (CORRÊA, 2010, p. 10).

É de grande significância também o artigo de Magali Gouveia Engel, “Gênero e política em Lima Barreto” (2009), que procurou demonstrar o debate feito pelo autor sobre as relações de gênero e poder. Magali defende que, apesar das contradições apresentadas por Lima em alguns pontos, ele “não perde nunca a coerência e a honestidade em relação aos princípios que defende, nem mesmo quando, com todo o seu antifeminismo, enfrenta algumas das questões fundamentais que permeavam (e ainda permeiam) as relações homens-mulheres na sociedade brasileira” (ENGEL, 2009, p. 385). Ela acredita que Lima foi questionador dos padrões de gênero de sua época e que, mesmo sendo crítico de algumas feministas, apresentou posições similares a mulheres como Maria Lacerda de Moura e Patrícia Galvão (ENGEL, 2009, p. 386). Por fim, citamos também o trabalho de Ana Helena Cobra Fernandes no artigo “O feminino nas crônicas de Lima Barreto” (2004), que buscou refletir sobre a representação feminina nas crônicas do escritor. Na visão de Fernandes, a timidez de

Lima juntamente com o fato de ele nunca ter se casado seriam a “chave da sensibilidade que nas suas crônicas evidenciava, quando no trato dos problemas que as mulheres enfrentavam na família e no casamento, frente à moral burguesa de seu tempo” (FERNANDES, 2004, p. 9). Seguindo esta linha de raciocínio e tendo como apoio as análises já realizadas sobre Lima e o feminino, pretendemos aprofundar ainda mais este debate.

2. GÊNERO E MULHERES NA *BELLE ÉPOQUE*

Neste capítulo iremos discutir os pressupostos teóricos que nortearão nossa análise, bem como o ideal de feminilidade da *Belle Époque* e as formas de ser mulher neste momento histórico. Para que possamos analisar as relações de gênero e a visão de Lima sobre o feminino faz-se necessário compreender a estrutura patriarcal e as formas de dominação masculina. Passaremos por teóricas feministas, como Mary Wollstonecraft e Simone de Beauvoir, e iremos nos aprofundar no conceito de *gênero* via estudos de Joan Scott e de Judith Butler. Uma vez apreendidas estas noções, faremos uma breve revisão bibliográfica, pontuando as considerações de estudiosos que buscaram analisar a vida das mulheres durante a *Belle Époque* no Brasil. O modelo de feminilidade sofreu alterações com o advento da república, sendo que, neste momento, o seu objetivo era o de dar à mulher um papel específico neste novo tempo republicano. Apesar de existir um padrão perpetuado pela burguesia por meio do discurso médico e da imprensa, houveram mulheres que o questionaram e produziram variadas formas de vivências.

2.1 QUESTÕES DE GÊNERO

A fim de nos aprofundarmos sobre o universo feminino e suas vivências sociais faz-se necessário compreendermos de que forma as relações de gênero se estabelecem. Diversos intelectuais buscaram respostas para a discrepância social entre homens e mulheres, tentando entender como e quando se deu e se consolidou o domínio do homem sobre as mulheres. Para compreender a consolidação do poder do homem sobre a mulher começaremos explorando a obra *Reinvindicação dos direitos da mulher* (2016). Ao refletir sobre a condição feminina em sua época, a pensadora Mary Wollstonecraft questionou os filósofos iluministas por inferiorizarem

as mulheres e as considerarem como seres não racionais; os homens entendem as mulheres “mais como fêmeas do que como criaturas humanas” e que “estão mais ansiosos em torná-las damas sedutoras do que esposas afetuosas e mães racionais” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 25). Wollstonecraft buscou compreender as causas deste tipo de pensamento que degrada a mulher:

Não voltarei aos remotos anais da Antiguidade para traçar a história da mulher; é suficiente admitir que ela tem sido sempre uma escrava, ou uma déspota e assinalar que cada uma dessas situações retarda igualmente o progresso da razão. Em minha opinião, a grande fonte do vício e da insensatez femininos é a estreiteza da mente, e a própria constituição dos governos civis tem colocado obstáculos quase insuperáveis para impedir o cultivo do entendimento feminino; no entanto, a virtude não pode basear-se em outros fundamentos! (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 80).

Ciente de que há uma desigualdade de condições entre homens e mulheres, Wollstonecraft buscou comprovar que as mulheres são seres racionais, explicando que a condição de dependência e subjugo feminino estariam ligados à falta de uma educação feminina voltada à razão, assim como era a dos homens (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 43). Apesar de ter escrito suas reivindicações no século XVIII, quando ainda não havia um movimento político de mulheres amplamente estruturado, Mary Wollstonecraft não só defendeu pontos caros ao feminismo e às mulheres, como também demonstrou compreender que havia uma distinção entre sexo (biológico) e gênero, apesar de não usar estes termos:

Provavelmente tive oportunidade de observar mais meninas na infância do que J.J. Rousseau. Posso recordar meus próprios sentimentos e observei com atenção ao meu redor; contudo, longe de coincidir com ele na opinião a respeito das primeiras manifestações do caráter feminino, aventurar-me-ei a afirmar que uma menina cujo espírito não tenha sido reprimido pela inatividade, ou cuja inocência pela falsa vergonha, será sempre travessa, e a boneca nunca chamará sua atenção, a menos que o confinamento não lhe dê alternativa. Meninas e meninos, em resumo,

brincariam juntos sem qualquer problema se a distinção do sexo não tivesse sido inculcada antes que a natureza assim o fizesse (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 67).

Ao questionar o suposto apreço natural das meninas pela boneca, o que implica que as mulheres seriam instintivamente destinadas à função materna, Wollstonecraft alega que meninas seriam tão “travessas” quanto meninos, se a noção de uma distinção entre os sexos não fosse imposta socialmente. Em seu livro *O Segundo Sexo* (2016), Simone de Beauvoir também discorreu sobre como a diferença biológica entre os sexos foi usada no sentido de legitimar um papel social da mulher enquanto reprodutora. Beauvoir constata que a cultura dominante masculina considera o termo “fêmea” pejorativo, segundo ela, “não porque enraíza a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo” (BEAUVOIR, 2016, p. 31). Para a filósofa, as mulheres estariam subordinadas à função reprodutora, no entanto, a biologia não oferece argumentos suficientes para legitimar a primazia de um dos sexos (BEAUVOIR, 2016, p. 64). Partindo de um ponto de vista histórico e buscando explicar o domínio masculino, ela afirma:

O mundo sempre pertenceu aos machos. Nenhuma das razões que nos propuseram para explicá-lo nos pareceu suficiente. É revendo à luz da filosofia existencial os dados da pré-história e da etnografia que poderemos compreender como a hierarquia do sexos se estabeleceu. Já verificamos que, quando duas categorias humanas se acham presentes, cada uma delas quer impor à outra sua soberania; quando ambas estão em estado de sustentar a reivindicação, cria-se entre elas, seja na hostilidade, seja na amizade, sempre na tensão, uma relação de reciprocidade. Se uma das duas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão. Compreende-se pois que o homem tenha tido vontade de dominar a mulher (BEAUVOIR, 2016, p. 95).

Beauvoir entende que os homens possuem poder sobre as mulheres, de modo que elas estariam presas nesta lógica de dominação: “foi a atividade do macho

que, criando valores, constituiu a existência, ela própria, como valor: venceu as forças confusas da vida, escravizou a Natureza e a Mulher” (BEAUVOIR, 2016, p. 100). O pensador Pierre Bourdieu, em *A dominação masculina* (2022), também parte das questões biológicas para explicar o domínio do homem. Para ele, a força masculina ocorre por meio de duas operações: “ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria, uma construção social naturalizada” (BOURDIEU, 2022, p. 45). Em sua visão, a diferença entre os sexos não seria apenas performativa, mas ocorreria através de uma construção prática “que impõe uma definição diferencial dos usos legítimos do corpo” (BOURDIEU, 2022, p. 45), o que desembocaria na construção social de um homem viril e uma mulher feminina. Bourdieu também ressalta o papel das instituições, como a família, a Igreja e o Estado, na reprodução e naturalização do domínio masculino.

Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim serem vistas como naturais. O que pode levar a uma espécie de autodepreciação ou até de autodesprezo sistemáticos, principalmente visíveis [...] e de maneira mais geral, em sua adesão a uma imagem desvalorizadora da mulher (BOURDIEU, 2022, p. 64).

Ou seja, para o sociólogo, as mulheres aderem a esta lógica de dominação e acabam reproduzindo uma visão negativa de seu próprio sexo. Após esta breve explanação sobre o processo de dominação masculina, partimos agora para a explicitação dos conceitos que serão usados em nossa análise. Dada a questão do poder masculino nas diversas sociedades, teóricos das humanidades buscaram criar conceitos para facilitar o estudo das relações entre os sexos. Uma delas é a historiadora Joan Scott, que define o conceito de *gênero* em seu artigo “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” (2018). Na sua visão, o termo “gênero” passou ser usado por teóricas feministas americanas com o objetivo de rejeitar o

determinismo biológico, focando no caráter social das distinções entre os sexos (SCOTT, 2019, p. 50). A estudiosa explica que, em alguns ambientes acadêmicos, “gênero” também foi usado como um sinônimo de mulheres/feminino, numa tentativa de utilizar um termo mais neutro que “mulheres”, ao mesmo tempo em que buscou distanciar-se da política e do viés feminista (SCOTT, 2019, p. 53).

O uso do termo “gênero”, em meados nos anos 1980, passou a ser usado para referir-se a estudos sobre mulheres, família e o ambiente privado, não sendo suficiente, na opinião de Scott, para questionar ou alterar os paradigmas históricos (SCOTT, 2019, p. 55). Numa tentativa de construir um conceito que englobe não apenas o mundo feminino, mas considere como operam as relações sociais entre os sexos, Scott concebe a sua própria definição de gênero:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 2019, p. 67).

Há ainda quatro aspectos que compõem as relações de gênero: 1) as representações simbólicas culturais, 2) os conceitos normativos, 3) o papel das instituições e organizações sociais e 4) as formas que as identidades de gênero são construídas nas diferentes culturas (SCOTT, 2019, p. 67-69). Para Scott, ao analisarmos as relações de gênero, é necessário levar em conta não só as relações parentais (universo doméstico e familiar) mas também o mercado de trabalho, o sistema educacional e as relações políticas (SCOTT, 2019, p. 68). Sem negar a relação de poder entre homens e mulheres já debatida por Wollstonecraft, Beauvoir e Bourdieu, Scott amplia as possibilidades de análise das relações entre os sexos. Por

fim, para a historiadora a importância da pesquisa de gênero estaria na tentativa de compreender as complexas e diversas formas de interação humana (SCOTT, 2019, p. 70).

Outra estudiosa que aprofundou o debate sobre gênero foi Judith Butler. Ao questionar as proposições de análise de gênero que consideram o sujeito feminino como universal e a impossibilidade de separar a discussão de gênero das relações políticas e culturais (BUTLER, 2017, p. 21). A teórica oferece uma proposta inovadora ao considerar que as relações de gênero também passam pela corporeidade, trazendo o conceito de *performance* atrelado ao *gênero*:

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de núcleo ou substância interna, mas o produzem *na superfície* do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são *performativos*, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo *performativo* sugere que ele não tem *status* ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade (BUTLER, 2017, p. 235).

O conceito de performance citado por Butler foi debatido por Paul Zumthor em *Performance, recepção, leitura* (2018). Para ele, a performance “refere a realização de um material conhecido como tal. Eu traduzo: performance é reconhecimento. A performance realiza, concretiza, faz passar algo que eu reconheço, da virtualidade à realidade” (ZUMTHOR, 2018, p. 30). Butler chama atenção para o fato de que os sujeitos representam um gênero também via atitudes e gestos, o que podemos chamar de *performance*, demonstrando que o gênero inclui também uma materialidade e não necessariamente é definido somente por uma determinação cultural. Partindo de uma base teórica vinda da fenomenologia, a estudiosa explica

que “os agentes sociais *formam* uma realidade por meio da linguagem, do gesto e de signos que constituem uma simbologia social” (BUTLER, 2019, p. 213). No artigo intitulado “Atos performáticos e a formação dos gêneros” (2018), Butler defende:

Quando Simone de Beauvoir diz que “não se nasce mulher, torna-se”, ela se apropria e reinterpreta essa doutrina fenomenológica dos atos de formação. Nesse sentido, um gênero não é de forma alguma uma identidade estável do qual diferentes ações acontecem, nem seu lugar de agência; mas uma identidade tenuamente constituída no tempo – identidade instituída por meio de uma *repetição estilizada de certos atos*. Os gêneros são instituídos pela estilização do corpo e, por isso, precisam ser entendidos como o processo ordinário pelo qual gestos corporais, movimentos e ações de vários tipos formam a ilusão de um Eu atribuído de gênero imemorial (BUTLER, 2019, p. 214).

Butler acredita que o corpo faz parte de uma situação histórica, conforme afirma Beauvoir, no entanto, ele também é a dramatização de determinada situação histórica. Ou seja, para que uma mulher seja considerada *mulher* é necessário que seu corpo se enquadre em uma ideia histórica e performe constantemente esta ideia (BUTLER, 2019, p. 217). A teórica compara os papéis de gênero a um roteiro que pode ser interpretado de diversas formas, porém esta atuação é determinada por paradigmas culturais e diretrizes existentes (BUTLER, 2019, p. 223). Partindo desses pressupostos a respeito das ideias de gênero ambicionamos analisar de que forma as relações de gênero estão presentes nas crônicas barretianas, além de verificar qual é a representação feita por Lima sobre o feminino.

Para discutir o conceito de representação utilizaremos as noções trazidas por Stuart Hall em *Cultura e representação* (2016). Para o teórico, “a representação conecta o sentido e a linguagem à cultura” (HALL, 2016, p. 31). A representação faz parte do modo que os significados são engendrados e partilhados entre indivíduos de uma mesma cultura. Podemos considerar que a literatura faz parte da cultura de uma

comunidade, assim como, as relações de gênero também perpassam as relações culturais. Desta forma, as relações de gênero são passíveis de serem representadas e perpetuadas através da literatura. Stuart Hall esclarece que o conceito de representação é complexo e envolve as nossas representações mentais e a nossa troca de sentidos e conceitos com o mundo. A isto ele deu o nome de “sistema de representação”:

No cerne do processo de significação na cultura surgem, então, dois “sistemas de representação” relacionados. O primeiro nos permite dar sentido ao mundo por meio da construção de um conjunto de correspondências, ou de uma cadeia de equivalências, entre as coisas – pessoas, objetos, acontecimentos, ideias abstratas etc. – e o nosso sistema de conceitos, os nossos mapas conceituais. O segundo depende da construção de um conjunto de correspondências entre esse nosso mapa conceitual e um conjunto de signos, dispostos ou organizados em diversas linguagens, que indicam ou representam aqueles conceitos. A relação entre “coisas”, conceitos e signos se situa, assim, no cerne da produção do sentido na linguagem, fazendo do processo que liga esses três elementos o que chamamos de “representação” (HALL, 2016, p. 38).

A pesquisadora Cíntia Schwantes acredita que a literatura é “um campo privilegiado de representação do feminino” (SCHWANTES, 2006, p. 8). Em seu artigo denominado “Dilemas da representação feminina” (2006), ela aponta que o conceito de representação feminina “vai derivar do conceito de feminilidade professado por sua sociedade” (SCHWANTES, 2006, p. 9). Porém, alega que a representação também tem um fator subjetivo, ou seja, o indivíduo seleciona o que julga ser essencial e o que deve ser descartado em sua experiência (SCHWANTES, 2006, p. 11). Assim, iremos nos aprofundar nas representações que Lima faz sobre as mulheres considerando os paradigmas de feminilidade impostos pela sociedade na qual viveu, mas também observaremos a forma pela qual o escritor buscou representar as mulheres em sua perspectiva. Tendo esclarecido os conceitos de análise que serão usados na

pesquisa, agora passaremos a compreender melhor qual era o padrão de feminilidade que estava em vigência durante a *Belle Époque* brasileira.

2.2 SER MULHER NA *BELLE ÉPOQUE* BRASILEIRA

Conforme vimos no primeiro capítulo, houve um intenso processo de transformação cultural e espacial no Rio de Janeiro. Para a historiadora Céli Pinto, “o processo de urbanização, acompanhado do surgimento de camadas médias e operárias, criou um caldo de cultura para o aparecimento de novas formas de organização da sociedade” (PINTO, 2003, p. 17). Foi neste “caldo de cultura” durante a *Belle Époque* que surgiu um novo papel social para a mulher e que movimentos femininos passam a se organizar politicamente visando a ações para inclusão feminina no mercado de trabalho e a conquista do sufrágio universal. Por mais que tivéssemos o início de um tímido movimento feminista, ainda prevaleciam alguns paradigmas tradicionais para a mulher nesta sociedade. A pesquisadora Maria Ângela D’Incao comenta que, nas famílias de maior posse, o casamento era tido como um objetivo de vida para as moças, sendo, inclusive, “usado como um degrau de ascensão social ou uma forma de manutenção do status” (D’INCAO, 2004, p. 237). Dentro deste paradigma, as mulheres tinham a função de contribuir com o projeto familiar, sendo mães e esposas exemplares.

Convém não esquecer que a emergência da família burguesa, ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos, redefine o papel feminino e ao mesmo tempo reserva para a mulher novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico. Percebe-se o endosso desse papel por parte dos meios médicos, educativos e da imprensa na formulação de uma série de propostas que visavam “educar” a mulher para o seu papel de guardiã do lar e da família – a medicina, por exemplo, combatia severamente o ócio

e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos (D'INCAO, 2004, p. 239).

Embora tivessem certa liberdade para ocupar os espaços públicos, havia uma vigilância sobre os movimentos femininos. A medicina teve papel importante na determinação do papel social da mulher, definindo como características essencialmente femininas “a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal” (SOIHET, 2004, p. 381). Enquanto nas classes mais ricas a organização familiar girava em torno do casamento, entre os menos abastados havia uma multiplicidade de formatos familiares. A historiadora Raquel Soihet explica que nas camadas populares era comum a existência de famílias chefiadas por mulheres ou então de famílias em que o trabalho feminino era necessário por uma questão de sobrevivência (SOIHET, 2004, p. 383). Por questões econômicas, nem sempre era possível prevalecer o modelo de casamento em que a mulher ficava em casa cuidando da família enquanto o homem encarregava-se do sustento. Ao ocupar espaços públicos, essas trabalhadoras sofriam as influências da lógica social da burguesia:

A rua simbolizava o espaço do desvio, das tentações, devendo as mães pobres, segundo os médicos e juristas, exercer vigilância constante sobre suas filhas, nesses novos tempos de preocupação com a moralidade como indicação de progresso e civilização. Essa exigência afigurava-se impossível de ser cumprida pelas mulheres pobres que precisavam trabalhar e que para isso deviam sair às ruas à procura de possibilidades de sobrevivência (SOIHET, 2004, p. 384).

Neste contexto, Soihet explica que aumentou a repressão contra mulheres pobres, já que as autoridades buscavam impedir a presença de membros das classes populares em determinados locais, além de restringirem hábitos que atentassem contra a moral, como o exercício da prostituição, por exemplo (SOIHET, 2004, p. 385).

A prática de restringir a circulação de pessoas pobres nas áreas centrais da cidade tem ligação direta com as reformas urbanas que tinham o objetivo de “afrancesar” a cidade do Rio. De modo geral, as mulheres menos abastadas não se enquadravam nas características de recato e delicadeza: “eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil” (SOIHET, 2004, p. 386).

Apesar das diferenças existentes entre as classes sociais, o que produziu diferentes tipos de vivência feminina, havia algo comum entre as mulheres: a violência por sua condição de gênero. Conforme se consolidava a lógica capitalista no Brasil republicano, percebemos que o controle da sexualidade feminina estava fortemente atrelado ao regime de propriedade privada. O casamento estava diretamente ligado a proporção patrimonial a ser zelada, por isso existia a preocupação com o matrimônio especialmente nas classes mais altas da sociedade (SOIHET, 2004, p. 387). Dentro deste paradigma, o homem sentia-se no direito de exercer poder irrestrito sobre a mulher e quando não conseguia controlá-la, partia para a violência (SOIHET, 2004, p. 389). São inúmeros os relatos de violência contra a mulher registrados neste período, o que era considerado um crime passional. Muitos desses casos foram tema das crônicas de Lima Barreto, conforme veremos no capítulo seguinte. Novamente é possível verificar como o discurso médico ditava uma posição tradicional para as mulheres, enquanto defendia a natureza passional masculina, conforme demonstra o médico criminologista Cesare Lombroso:

Ele afirmava que a mulher era menos inteligente que o homem, explicando que a presença da genialidade nesse sexo, por uma confusão de caracteres sexuais secundários, fazia a mulher parecer um homem disfarçado. Era a mulher dotada de menor sensibilidade nos mais diversos âmbitos, especialmente na sexualidade.

Dentre as razões que apresentava para comprovar tal afirmação, enumerava a raridade das psicopatias sexuais nesse sexo e a sua capacidade de manter a castidade, por longo tempo; atitude impossível de exigir-se dos homens. Assim, justificava que as leis contra o adultério só atingissem a mulher, cuja natureza não a predispunha a esse tipo de transgressão. Apesar de considerar a existência de uma categoria especial de mulheres as criminosas por paixão –, dizia Lombroso que o tipo puro de criminoso passional seria sempre masculino, pois nunca a explosão da paixão na mulher poderia ser tão violenta quanto no homem (SOIHET, 2004, p. 400).

As ideias de Lombroso influenciaram a elaboração do Código Penal de vários países, incluindo o do Brasil. Em nosso Código Penal de 1890, a mulher era penalizada caso cometesse adultério, enquanto o homem só seria considerado adúltero caso fosse comprovado que ele mantinha financeiramente outra mulher (SOIHET, 2004, p. 400). Além da punição da legislação, com encarceramento, a mulher também poderia ser punida por meio de violência física ou mesmo com a morte por seu cônjuge. Os casos de assassinatos de mulheres eram comuns, pois, de acordo com a lógica de controle e dominação patriarcal, o homem estaria apenas defendendo sua honra.

Considerando o paradigma científico que moldava a função social da mulher e sua natureza, surge a necessidade de que elas sejam educadas dentro desta visão. Assim, a mulher “é elevada a uma posição de destaque, enquanto esposa e mãe, guardiã da missão de educar os futuros cidadãos da nação civilizada e moderna que se pretendia construir” (MESSIAS; JACÓ-VILELA, 2018, p. 5). Portanto, a educação das moças deveria ser coerente com o discurso republicano e conformado a um padrão de moralidade. Era comum que a educação das mulheres fosse mantida por congregações e ordens religiosas, especialmente a Igreja Católica (MESSIAS; JACÓ-VILELA, 2018, p. 6). O objetivo era de educar “mães em potencial” dentro do projeto de modernização e higienização da sociedade. De acordo com as pesquisadoras

Messias e Jacó-Vilela, as mulheres eram “educadas, mas não muito”, já que elas recebiam um padrão educacional focado no ensino das primeiras letras e nos valores do casamento e a maternidade, enquanto os meninos recebiam uma educação mais científica (MESSIAS; JACÓ-VILELA, 2018, p. 6).

Embora a educação feminina tenha sido permitida entre o final do século XIX e início do XX, o acesso à educação não ocorria de forma ampla naquela sociedade, sendo que somente as jovens com melhores condições econômicas recebiam aulas (FRANÇA; CEZAR, 2007, p. 131). O paradigma educacional reforçava a ideologia que pregava dois mundos distintos: o mundo masculino voltado ao público e o feminino ao doméstico (FRANÇA; CEZAR, 2007, p. 132). Este processo levou ao surgimento de oportunidades de trabalho para as moças educadas: o magistério. Por mais que a educação feminina fosse pautada no conservadorismo, o desenvolvimento intelectual das mulheres permitiu que questionamentos ocorressem:

Mesmo a formação feminina sendo rígida quanto a padrões de comportamento tradicionais, deve-se refletir na instituição escolar como uma possibilidade de oportunidades a negação desses papéis. Embora, as ideias de submissão e obediência fossem atribuídos à educação das jovens mulheres na instituição escolar, esta educação possibilitou, mesmo que de forma contraditória, outros comportamentos, como de resistência e curiosidade que foram sendo incorporados na sociedade (FRANÇA; CEZAR, 2007, p. 134).

Um sintoma da escolarização feminina, em especial das mulheres de classe alta, foi o florescimento dos movimentos de luta pelo direito da mulher. Nas famílias mais abastadas havia a possibilidade de as mulheres estudarem fora do Brasil, o que fez com que entrassem em contato com os movimentos feministas que já ocorriam na Europa e nos Estados Unidos. Consideramos aqui a definição de *feminismo* da historiadora June Hahner: “o feminismo abrange todos os aspectos da emancipação

das mulheres e inclui qualquer luta projetada para elevar seu *status* social, político ou econômico” (HAHNER, 1981, p. 25). Para Hahner, as primeiras manifestações com a insatisfação dos papéis tradicionais de gênero ocorreram ainda na segunda metade do século XIX e desembocaram na luta pelo sufrágio feminino nas primeiras décadas do século XX (HAHNER, 1981, p. 26). Durante a *Belle Époque* começaram a surgir organizações femininas que lutavam pelos direitos da mulher “à medida que a causa sufragista ganhava aceitação limitada entre os setores da elite brasileira que tomaram conhecimento da aquisição do direito do voto pelas mulheres na Europa ocidental e nos Estados Unidos” (HAHNER, 1981, p. 26).

No entanto, as expressões do feminismo durante os primeiros anos de república nem sempre giraram em torno da luta pelo sufrágio. De acordo com a estudiosa Céli Jardim Pinto, haviam diferentes vertentes com diferentes graus de radicalidade. Ela identificou duas principais tendências: a primeira, que chama de “feminismo bem-comportado” e uma segunda, mais heterogênea, que se colocou de forma mais radical contra a dominação masculina (PINTO, 2003, p. 10). Na primeira vertente temos um feminismo muito associado a personalidades, dentre as quais destacamos a bióloga Bertha Lutz e a professora Leolinda Daltro. As duas ativistas fundaram organizações de mulheres que tinham como principal objetivo a luta pela inclusão feminina na política por meio do voto: Leolinda fundou o Partido Republicano Feminino e Bertha a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (PINTO, 2003, p. 21). Estes movimentos tiveram certo alcance social e fizeram com que o projeto de legalização do voto feminino chegasse a ser incluso no Congresso na década de 1920 (PINTO, 2003, p. 24). É importante ressaltar que tais movimentos atingiram este feito devido ao fato de suas integrantes pertencerem à elite e terem certa proximidade com políticos relevantes.

Em suma, se a luta das mulheres cultas e das classes dominantes se estruturava a partir da luta pelo voto, não era tão-somente porque esta se colocava como a luta do momento nos países centrais, mas também porque encontrava respaldo entre os membros dessa elite e conseguia respeitabilidade até na conservadora classe política brasileira. Era, portanto, um feminismo bem-comportado, na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais (PINTO, 2003, p. 26).

Na visão de Céli Pinto, esta vertente do feminismo chegava a ser um pouco contraditória, pois enquanto suas ativistas lutavam por direitos negados pelo Estado à mulher, ao mesmo tempo eram também representantes da elite dirigente do país (PINTO, 2003, p. 23). Já na segunda vertente feminista, chamada por Pinto de “feminismo difuso”, temos representantes que eram trabalhadoras, intelectuais e militantes políticas. Esta linha do feminismo basicamente atuou de duas maneiras: através do jornalismo e da militância política de mulheres anarquistas e socialistas (PINTO, 2003, p. 29). Nos pequenos jornais feministas, estas mulheres visavam a construir uma opinião pública a seu favor discutindo pautas como os direitos da mulher dentro do casamento, a necessidade da educação feminina, o divórcio e até mesmo a defesa da educação sexual para mulheres (PINTO, 2003, p. 32). Além disso, estas ativistas discutiam sobre a dominação masculina, apresentando uma versão mais questionadora em relação à vertente bem-comportada. A anarquista Maria Lacerda de Moura, por exemplo, questionava a luta pelo sufrágio feminino pois considerava uma causa que beneficiaria apenas um pequeno número de mulheres (PINTO, 2003, p. 37).

Foi neste misto de experiências e vivências que as pautas femininas passaram a fazer parte do cotidiano político brasileiro. Temos, por um lado, o discurso da elite burguesa que visava a encontrar um papel para a mulher no mundo

republicano, definindo sua função naquele universo. No entanto, as novidades do hemisfério Norte e a influência da educação permitiram com que as mulheres questionassem alguns paradigmas e passassem a reivindicar alguns direitos e a debater pautas específicas do mundo feminino. Sobre esta miscelânea de ideias, Lima Barreto não deixou de opinar também sobre os temas espinhosos do universo das mulheres.

3. CRÔNICAS E A VISÃO DE LIMA SOBRE O FEMININO

Neste último capítulo entramos na análise das crônicas de Lima Barreto. Antes disso, faz-se necessário explorarmos o conceito de crônica, suas principais características e os principais representantes deste gênero literário. Já comentamos que o temário das obras de Lima é amplo, o mesmo fator se estende quando selecionamos os seus textos que contemplam o feminino. O escritor carioca fez comentários que incluem a vestimenta feminina, a educação das mulheres, casamento, o homicídio feminino, entre outros. Com o objetivo de tornar o texto mais organizado e fluido, optamos por separar a análise das crônicas em quatro partes: educação feminina, uxoricídio, feminismo e, por fim, moda, casamento e outros. A separação foi feita ao considerar a quantidade de crônicas sobre um mesmo tema. Apesar desta divisão, acreditamos que as crônicas se complementam e o seu conjunto nos mostra – de forma ampla – a visão de Lima sobre o feminino.

3.1 CRÔNICA: A HISTÓRIA DE UM GÊNERO LITERÁRIO

Como o nosso foco de análise serão as crônicas de Lima Barreto, faz-se necessário discutir este gênero literário e suas características. Em “A vida ao rés-do-chão”, Antonio Candido diz que “a crônica não é um ‘gênero maior’” (CANDIDO, 2003, p. 89). Sua justificativa para esta afirmação seria o fato de que não se costuma pensar nos cronistas quando falamos de literatura, assim como não se considera dar um Prêmio Nobel a um cronista (CANDIDO, 2003, p. 89). As palavras do autor revelam tom de desprestígio em relação à crônica, provavelmente a fim de valorizar outros gêneros literários. Ainda ressalta que os cronistas não escrevem da perspectiva do

“alto da montanha, mas do simples rés-do-chão” (CANDIDO, 2003, p. 90). Respeitosamente discordamos desta visão de Candido, pois consideramos que seria através dessa visão mundana, com o uso de linguagem direta e despretensiosa, que a crônica se faz como um gênero de grande valor e que nos possibilita uma presentificação do passado.

A crônica tem forte ligação com o tempo, algo que está intrínseco à própria origem grega do nome – *chronos*. Para Davi Arrigucci, a crônica seria “um relato em permanente relação com o tempo, de onde tira, como memória escrita, sua matéria principal, o que fica do vivido” (ARRIGUCCI, 1987, p. 51). Por ter esta característica memorialística, a crônica é também associada à história. Margarida de Souza Neves considera que há um parentesco entre o cronista e o historiador, como é o caso dos cronistas das cortes portuguesas, como Fernão de Lopes; porém a diferença entre eles está no fato de que o historiador não tem a liberdade narrativa do cronista por estar atrelado aos métodos e teorias historiográficas (NEVES, 1995, p. 19).

O próprio Machado de Assis praticou a escrita deste gênero e relatou, de forma muito bem-humorada, a relação existente entre história e crônica: “A história é uma castelã muito cheia de si e não me meto com ela. Mas a minha comadre crônica, isso é que é uma velha patusca, tanto fala como escreve, fareja todas as coisas miúdas e grandes, põe tudo em pratos limpos” (citado em NEVES, 1995, p. 21). A crônica, ou a “velha patusca”, de fato, está atenta a todos os acontecimentos, demonstrando a versatilidade do gênero.

Se um dia a crônica foi feita com o objetivo de narrar acontecimentos históricos, hoje ela é considerada como um relato ou comentário de fatos corriqueiros do dia a dia e da atualidade (ARRIGUCCI, 1987, p. 53). Estar ligada ao tempo, ter como característica a diversidade de temas e a linguagem direta são explicados por

meio do meio pelo qual este gênero surgiu e se perpetuou no Brasil: o jornal. Desde que a imprensa se tornou um instrumento de informação de grande massa, a crônica acabou virando uma seção de periódicos, no entanto, para Arrigucci, não seria correto reduzir este gênero a um “apêndice de jornal” (ARRIGUCCI, 1987, p. 53). Porém, considera que a crônica tem grande relação com a modernidade:

A crônica é ela própria um fato moderno, submetendo-se aos choques da novidade, ao consumo imediato, às inquietações de um desejo sempre insatisfeito, à rápida transformação e à fugacidade da vida moderna, tal como esta se reproduz nas grandes metrópoles do capitalismo industrial e em seus espaços periféricos (ARRIGUCCI, 1987, p. 53).

No caso das crônicas de Lima, a relação com a modernidade é visível, já que em muitos textos o autor retrata justamente suas inquietações com o mundo e suas novas demandas. Pensada para o formato jornalístico, a crônica teria como traço principal a efemeridade. Porém, “a sua durabilidade pode ser maior do que ela própria pensava” (CANDIDO, 2003, p. 89). Considerando a realidade brasileira, a crônica também tem forte ligação com a cidade do Rio de Janeiro, já que foi o local em que nasceu, cresceu e tornou-se um gênero marcadamente urbano (RESENDE, 1995, p. 35). Margarida Neves ressalta a potencialidade dos cronistas cariocas, como Manuel Bandeira, Olavo Bilac e João do Rio, em retratar o “cotidiano monumentalizado” em seus textos, nos permitindo acompanhá-los por um passeio de bonde, descobrindo cantos da cidade e “espaços da cartografia da boemia carioca”, ressaltando o tom intimista deste gênero literário (NEVES, 1995, p. 25).

A crônica é um tipo de texto difícil de ser classificado e se confunde com outros gêneros literários, como o conto e a narrativa satírica, podendo ser considerado um gênero com “fronteiras instáveis”, como infere Davi Arrigucci (1987). O que não

podemos negar é a sua intrínseca qualidade de nos mostrar o “espírito do tempo” (NEVES, 1995, p. 23). Neves também destaca que a crônica permite encontrar de forma muito transparente “as sensibilidades, os sentimentos, as paixões de momento e tudo aquilo que permite identificar o rosto humano da história” (NEVES, 1995, p. 25), o que demonstra que este gênero também nos possibilita conhecer de forma mais profunda e sincera os escritores de nossa literatura.

Lima Barreto certamente foi um dos grandes cronistas brasileiros, digno de figurar ao lado de Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Rubem Braga, Nelson Rodrigues e do próprio Machado de Assis. Conforme vimos, muitas vezes a crônica foi considerada pouco importante se comparada a outros gêneros literários, como os romances, porém, a investigação destes textos nos propicia a descoberta de novos pontos de vista e valoriza outros tipos de produções, pouco estudadas, de autores já consagrados. Por meio das crônicas barretianas poderemos conhecer, “ao rés-do-chão”, as mudanças ocorridas no Rio de Janeiro durante a conturbada instalação da República, além de passearmos junto dele pelos bondes da cidade.

3.2. LIMA E A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO FEMININA

Iniciamos nossa análise com a crônica “A mulher brasileira”, publicada na *Gazeta da Tarde* em 1911, em que Lima faz observações a respeito da influência da mulher sobre o pensamento estético e político de sua época. Ele havia lido as memórias de Madame d’Épinay, em que esta se refere à convivência com intelectuais iluministas, e ocorre-lhe especular se haveria mulheres brasileiras igualmente capazes de exercer esse papel. Na sequência, lembra o hábito brasileiro de fazer brindes em honra à mulher em festividades familiares e ocorre-lhe que não haveria tantos motivos para celebrar a mulher brasileira quando se trata de prestígio

intelectual. Referindo-se à influência das mulheres francesas “na marcha das ideias de sua pátria”, observa que há mesmo um “pululamento” de mulheres superiores que influem, animam, encaminham os homens superiores do seu tempo. Seja em memórias e confissões, ou na correspondência abundante, “elas se misturam nas intrigas literárias e seguem os debates filosóficos” (BARRETO, 1911, p. 5). Lima questiona a falta de presença feminina na “comunhão de ideias” no trabalho intelectual. Para ele, a presença da mulher:

Como que adoça, como que tira as asperezas e as brutalidades, próprias ao nosso sexo, essa influência feminina nas letras e nas artes. Entre nós, ela não se verifica e parece que aquilo que os nossos trabalhos intelectuais têm de descompassado, de falta de progressão e harmonia, de pobreza de uma alta compreensão da vida, de revolta clara e latente, de falta de serenidade vem daí (BARRETO, 1911, p. 5).

Comenta também que não percebe em autores brasileiros esta presença feminina e cita Raul Pompéia como exemplo. Para o escritor, a influência da mulher poderia “ter dado uma obra mais humana, mais ampla, menos atormentada, fluindo mais suavemente por entre as belezas da vida” (BARRETO, 1911, p. 5). O autor apresenta certa sensibilidade ao trazer o papel da mulher como auxiliar e incentivadora da intelectualidade, creditando a elas o desenvolvimento de uma literatura e de uma arte com aspecto mais humano. Apesar de criticar as brasileiras pela falta de interesse pelo desenvolvimento intelectual, percebemos que Lima em nenhum momento questiona a capacidade feminina para tal, tanto que cita ao longo da crônica diversos exemplos de mulheres intelectuais europeias.

Ainda observa a falta de carinho das mães brasileiras com seus filhos, alegando que esta falta de proximidade também afetaria seu desenvolvimento intelectual. Aqui vale lembrar um fato importante da vida pessoal do autor, que perdeu a mãe ainda na infância, conforme já mencionamos ao comentar sua biografia.

De acordo com o seu biógrafo Francisco de Assis Barbosa, o trauma dessa perda o afetou profundamente: “sem os carinhos de Amália, o mundo como se fechou para o menino ‘taciturno, reservado e tímido’ que era” (BARBOSA, 2017, p. 53). É possível inferir, portanto, que a falta de carinho materno que Lima menciona na crônica pode ser a falta que ele mesmo sentiu ao longo de sua vida. Vale lembrar também que sua mãe era professora e talvez suas lembranças maternas tenham demonstrado a ele a importância de ver na mulher um lado intelectual. A intelectualidade feminina não era uma preocupação política relevante no contexto de Lima, portanto, é curiosa a percepção dele em ressaltar a importância disso para a sociedade.

A crônica “Continuo...”, de novembro de 1915, dá sequência a outra, publicada dias antes “A instrução pública”, em que Lima faz constatações sobre o ensino público no Brasil republicano. Em “Continuo...”, o autor critica o excesso de investimento nos colégios militares e no Colégio Pedro II, alegando que “o dinheiro gasto com eles dava para mais três ou quatro colégios de instrução secundária” (BARRETO, 2018, p. 716). Ainda ressalta a questão da educação feminina: “o governo sempre se esqueceu o dever de dar instrução secundária às moças: um esquecimento de lamentar, porquanto toda a gente sabe de que forma a influência de uma educação superior da mulher iria influir nas gerações” (BARRETO, 2018, p. 716). Finaliza a crônica defendendo que um regime democrático, como a república do Brasil, deveria fazer o possível para que a educação alcançasse o maior número de pessoas, incluindo as moças. O escritor trata as mulheres como merecedoras de direitos iguais aos homens, ao menos no que tange ao direito à instrução.

Podemos considerar que esta crônica seria uma continuação do que ele escreveu em “A mulher brasileira” anteriormente. Naquela crônica, criticou as mulheres do Brasil alegando falta de desenvolvimento do intelecto, e neste novo texto

continua a ressaltar a importância de uma intelectualidade feminina e o quanto isso influenciaria as futuras gerações. Nestes dois primeiros textos, Lima dá características positivas ao feminino, atribuindo ao intelecto das mulheres grande importância no percurso das ideias de uma nação. Aqui vemos que Lima distancia-se, em certa medida, do ideal de feminilidade proposto na época, que julgava necessário que as moças estudassem somente o primário, sem um aprofundamento intelectual. Porém, ele acaba restringindo a atuação da intelectualidade feminina ao mundo privado, colocando a mulher como auxiliadora dos filhos e do marido.

Em 3 de maio de 1918, foi publicada a crônica “Tenho esperança que...”, em que Lima retoma o tema da educação voltada para as mulheres. Nessa crônica conseguimos ter um gostinho do cenário da cidade do Rio de Janeiro. Ele comenta que no caminho entre o subúrbio (local de residência) e o centro do Rio ele observa várias escolas públicas povoadas; escolas que o fazem rememorar a sua vida de estudante e refletir sobre a importância da educação (BARRETO, 2018, p. 476). De forma discreta, ao mesmo tempo ele demonstra a sua decepção por não ter constituído família. Observando a escola, enfatiza que as crianças estavam “debruçadas sobre aqueles livros que meus olhos não mais folhearão, nem mesmo para seguir as lições de meus filhos. Brás Cubas não transmitiu a nenhuma criatura o legado da nossa miséria; eu, porém a transmitiria de bom grado” (BARRETO, 2018, p. 476).

Lima nunca se casou ou teve filhos, mas expressou esse desejo na entrada de 16 de julho de 1908 do *Diário Íntimo*: “Estou com 27 anos, tendo feito uma porção de bobagens, sem saber positivamente nada; ignorando se tenho qualidades naturais, escrevendo em explosões; sem dinheiro, sem família. Carregado de dificuldades e responsabilidades” (BARRETO, 2018, p. 545). O tom deprimente reflete a sua

infelicidade por nunca ter se casado. O que implica também em outro fator: além da ausência materna em grande parte da vida, Lima também nunca teve uma companheira com quem pudesse compartilhar ideias e sua vida intelectual.

Nesse processo de rememoração do período escolar e de sua infância, Lima recorda alguns professores que tiveram impacto em sua vida e dá especial relevância para uma professora do primário, Teresa Pimentel do Amaral, assim como lembra a importância de sua mãe, que foi a responsável por ensinar-lhe o “abecê” ainda em casa (BARRETO, 2018, p. 477). Após essa breve constatação de suas lembranças de infância e a valorização que dava às mulheres que foram presentes em sua trajetória, Lima questiona novamente a falta de vagas para meninas nas escolas do Rio. Pela primeira vez, entre as crônicas selecionadas, vemos que ele menciona também o movimento feminista:

Vendo todo dia, ou quase, esse espetáculo curioso e sugestivo da vida da cidade, sempre hei de lembrar da quantidade das meninas que anualmente, disputam a entrada na Escola Normal desta cidade; e eu, que estou sempre disposto a troçar as pretensões feministas, fico interessado em achar no meu espírito uma solução que satisfizesse o afã milheiro dessas candidatas a tal matrícula, procurando com isso aprender para ensinar, o quê? (BARRETO, 2018, p. 476).

Apesar de admitir que não concorda com as pautas feministas, Lima dá a entender que está de acordo com a defesa da educação feminina, conforme já havia defendido na crônica “A mulher brasileira” e em “Continuo...”. Segue com o texto, falando dos desafios de ser uma mulher educadora: “A obscuridade da missão e a abnegação que ela exige cercam essas moças de um halo de heroísmo, de grandeza, de virtudes que me faz, naquelas manhãs em que sinto o arcanjo dentro da minha alma, cobrir todas elas da mais viva extremada simpatia” (BARRETO, 2018, p. 476). Após refletir sobre a importância das professoras em sua vida, em especial da sua

primeira professora, volta a falar sobre a importância de que existam vagas para atender a todas as moças que desejassem estudar.

Todas as mil que se matriculassem, o prefeito não ficava na obrigação de fazê-las professoras ou adjuntas. Educá-las-ia só e estabelecesse um processo de escolha para sua nomeação, depois que completassem o curso. As que não fossem escolhidas poderiam procurar o professorado particular e, mesmo como mães, a sua instrução seria utilíssima (BARRETO, 2018, p. 479).

Fica clara a defesa de Lima pela educação feminina, mesmo quando ela não está atrelada à profissão de professora. Ele entende que a mulher estudada tende a aprimorar a sociedade como um todo, seja como professora, ou na instrução de seus filhos, complementando os comentários já feitos em “A mulher brasileira”. A crônica deixa evidente a relevância que Lima dá para a influência feminina em sua própria vida e a sua defesa por uma pauta importante para as mulheres. Lima volta a debater sobre educação das mulheres em “Pela Seção Livre”, texto em que critica o governo pelas poucas vagas na educação pública e a falta de direcionamento do dinheiro público para as escolas. Em meio a seu protesto traz a questão da educação feminina: “E as meninas? E as moças? Então o Congresso tem a concepção cazeira de que moça não precisa passar além do a b c municipal?” (BARRETO, 1923, p. 158).

Também menciona novamente que a educação feminina seria importante para a questão familiar, no sentido de instruir e influenciar seus familiares, além da relevância do processo educacional para que as moças tivessem maior discernimento intelectual, retomando aquilo que já havia comentado em crônicas anteriores: “imaginem uma moça a quem a fecundação e as dores domésticas alargaram a inteligência, deram-lhe sede de ler e saber, poderá ela, sem boa instrução anterior escolher com acerto as suas leituras? Bebe o que encontrar à mão...” (BARRETO,

1923, p. 158). Ainda critica, novamente, a influência da religião na educação das meninas:

Quanto as moças, então, com essas é atroz! Pobres ou ricas, não têm outro remédio senão recorrer às barafundas pedagógicas das irmãs de caridade e jamais vir a entender a imagem do mundo que os homens atuais, por intermédio das ciências, fazem. É uma ignorância decretada e que bem podia, com mais tempo e vagar, se atribuir como fonte de muitos dos nossos atrasos e muitas das desgraças domésticas que os jornais trazem (BARRETO, 1923, p. 158).

É interessante a percepção de Lima ao considerar a educação feminina como um problema de atraso social, já que a educação dada às moças não tinha teor científico e não as incentivava a desenvolver o intelecto. De fato, embora haja uma inspiração nas ideias modernas da *Belle Époque*, a educação feminina entre o final do século XIX e início do XX ainda era muito tradicionalista e conduzida pela Igreja Católica. Segundo Maria Cláudia Messias e Ana Maria Jacó-Vilela, as diretrizes educacionais para meninos e meninas eram diferenciadas, já que “os valores vigentes prescreviam o casamento e a maternidade como destinos fundamentais para a mulher” (MESSIAS; JACÓ-VILELA, 2018, p. 6). Conforme vimos em Joan Scott, são vários os aspectos que compõem as relações de gênero, sendo que as instituições sociais cumprem um papel importante na perpetuação de paradigmas de gênero (SCOTT, 2019, p. 68). Desta forma, destacamos que os processos educacionais também perpassam pelas relações de gênero: a educação feminina, liderada majoritariamente pela Igreja Católica, reafirmava o papel tradicional feminino, direcionando-as para o casamento e a maternidade.

Em *A vida de Lima Barreto* (2017), seu biógrafo Francisco de Assis Barbosa traz um apêndice contendo um inventário dos livros da biblioteca particular de Lima. A “Limana” – forma como o próprio Lima denominava sua biblioteca – possuía um

elevado número de exemplares, entre eles, estava *Mémoires* de Madame d'Épinay (BARBOSA, 2017, p. 357), citado pelo autor na crônica “A mulher brasileira”. Também possuía exemplares de livros de vários filósofos iluministas, como Rousseau e Diderot, o que nos permite afirmar que o escritor estava a par do pensamento iluminista. Não podemos deixar de pontuar a similaridade do pensamento de Lima sobre educação feminina com as ideias da filósofa iluminista inglesa Mary Wollstonecraft, embora esta não constasse em sua biblioteca.

Homens e mulheres devem ser educados, em grande medida, pelas opiniões e pelos modos da sociedade em que vivem. Em toda época, há uma corrente da opinião popular que prevalece, dando um caráter familiar, por assim dizer, ao século. Infere-se com justiça, então, que até que a sociedade esteja constituída de modo diferente, não se pode esperar muito da educação. Entretanto, para meu propósito atual é suficiente afirmar que, seja qual for o efeito das circunstâncias sobre as habilidades, toda criatura pode tornar-se virtuosa pelo exercício de sua própria razão (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 41).

Embora não possamos inferir qualquer possibilidade de aproximação entre Lima Barreto e Mary Wollstonecraft, os dois autores partilhavam ideias similares a respeito da capacidade da mulher desenvolver seu intelecto da mesma forma que o homem. Porém, para que isto ocorresse, seriam necessárias mudanças no sistema de ensino, que limitava os estudos femininos. Ambos defendem a importância da educação para o desenvolvimento de uma sociedade. Interessante notar também que, em nenhum momento, o escritor questionou a capacidade feminina de aperfeiçoar seu intelecto, já que em sociedades patriarcais a inteligência feminina foi considerada inferior à masculina. Nas palavras de Mary Wollstonecraft, “os sentidos das mulheres são inflamados, e seus entendimentos, negligenciados” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 87).

Quando Lima cita as “desgraças domésticas” em “Pela Seção Livre”, podemos inferir que o autor está se referindo aos recorrentes assassinatos de mulheres, tema de diversas de suas crônicas e que será aprofundado no próximo tópico. Para Lima, caso o desenvolvimento intelectual das moças fosse mais incentivado, seria possível que elas fizessem melhores escolhas ao decidir quem seria seu futuro marido, evitando as tais “desgraças domésticas” que menciona no texto.

A crônica seguinte, “As mulheres na academia”, trata da entrada das mulheres na Academia Brasileira de Letras e somos apresentados a um Lima com uma crítica ácida e não tão amigável para com as mulheres. Por mais que o escritor tenha se posicionado a favor da educação feminina em outros escritos, aqui ele irá falar sobre o tema de forma irônica, demonstrando o seu incômodo com a possibilidade da entrada de mulheres na Academia de Letras:

Eu não tenho nenhuma ojeriza especial às moças que se dedicam às letras; ao contrário: acho que as meninas em geral têm muita vocação para isso, porquanto se vestem muito bem e com pouco dinheiro. Há grandes escritores que só são notáveis pelas suas roupas. Não preciso exemplificar porque tal coisa é sabida por todos. Um vestido bem talhado, por uma pobre costureira de qualquer grande casa de modas da rua do Ouvidor, deve ser título bastante para uma moça ser considerada uma honrada literata (BARRETO, 2018, p. 341).

Apesar de ter escrito sobre a importância da educação feminina para a nação, aqui ele dá a entender que as moças literatas seriam julgadas apenas por suas vestimentas, não por sua qualidade literária. Ele também já havia escrito ser contrário ao julgamento das mulheres por suas vestimentas conforme veremos no tópico sobre moda, mas aqui parece esquecer disso, demonstrando grande contradição com outros escritos. Essas contradições e a ironia empregada no texto nos dão a impressão de que Lima escreveu essa crônica num momento de especial revolta. Cabe lembrar que

o escritor tentou entrar para a Academia de Letras algumas vezes, sem nunca obter sucesso. Seria a real revolta?

Que sabe uma mulher, uma “melindrosa”, ali da avenida, a respeito da dor de uma pobre rapariga criada de servir? Nada. Entretanto, ela esteve no Colégio de Sion e fala mais ou menos o francês e, do resto dos homens e das mulheres que não são da sua roda, ela tem um grande desprezo. Para ela, essa gente não tem alma, como certo concílio afirmou no tocante às mulheres (BARRRETO, 2018, p. 341).

Aqui percebe-se a alfinetada do autor às pessoas de classes mais abastadas. Percebemos que ele relata uma situação incômoda ao afirmar que estes indivíduos teriam um “grande desprezo” com quem não fosse daquele meio social, discriminação talvez sofrida por ele se levarmos em conta seu contexto histórico. Completa sua indignação dizendo que as mulheres “não têm uma visão larga e profunda da Humanidade; porque elas nunca viram a dor dos humildes nem se interessaram por ela” (BARRRETO, 2018, p. 341). O texto parece ser direcionado a um grupo específico de mulheres: aquelas que estudaram no Colégio Sion e falavam francês, ou seja, as moças das classes altas. Também explicita que as qualidades femininas estariam em saber os pronomes e citar alguns acontecimentos históricos, dando a entender que sua educação era meramente repetitiva e que não havia um aprofundamento em seus conhecimentos. Finaliza o texto dizendo:

A minha opinião, a visto do exposto, é que a academia deve ser composta só de mulheres, que ela não deve ter mais biblioteca, arquivo, nem coisas parecidas. O que ela deve ter são joias montadas, alfinetes e grampos para chapéus. Dessa forma, ela pode muito concorrer para o progresso das letras pátrias (BARRRETO, 2018, p. 341).

Claramente Lima finaliza a crônica com uma ácida ironia ao dizer que a Academia deveria ser formada somente por mulheres e não ter mais bibliotecas

(livros) – o que seria provavelmente um dos principais componentes de uma Academia de Letras. O humor ácido de Lima certamente é um dos pontos marcantes da obra do escritor. Para Coutinho, este humor cortante configura o que chama de *bizarrice*, conceito derivado de Lukács, que indica que Lima “penetrou no âmago da realidade social brasileira” (COUTINHO, 1972, p. 33). Ou seja, para o teórico, esta profunda ironia de Lima estaria ligada ao profundo realismo do escritor.

Ao ler a crítica de Lima, somos envolvidos com o sentimento de deslocamento e indignação que o autor demonstra ao dizer que, no ambiente da Academia, há um desprezo com pessoas de determinado conjunto social, ou mesmo quando diz que a Academia deveria ser formada por “joias montadas, alfinetes e grampos para chapéus”, dando a entender que a instituição valorizava questões superficiais, de acordo com sua visão.

Além disso, ele associa o feminino ao fútil ao fazer menção às joias e chapéus, itens que seriam de interesse do mundo feminino, alfinetando as mulheres. A crônica nos permite interpretar que o problema de Lima não era somente com mulheres na Academia, mas talvez com o fato de considerarem somente a entrada das mulheres mais abastadas nesse local. Talvez, para o escritor, fosse difícil digerir a ideia de que as mulheres tiveram a possibilidade de ingressar na Academia antes de pessoas como ele, um homem negro e de poucas condições sociais. Contrariando suas próprias opiniões, essa crônica traz um Lima amargurado, que diminui e ironiza as mulheres de uma camada social específica.

De modo geral, na seleção de crônicas sobre educação, Lima coloca-se como um defensor do direito da educação das mulheres. Mesmo que pontue algumas vezes a importância da atuação feminina na esfera doméstica, considera que o desenvolvimento intelectual feminino seria benéfico ao país. Ele não questiona o

intelecto feminino ou a capacidade das mulheres em aprimorar sua inteligência. Apesar da alfinetada que faz às mulheres candidatas da Academia de Letras, seu incômodo parece estar mais atrelado à classe que estas pertencem, do que ao fato de serem mulheres. Considerando que o discurso médico da época ditava que as mulheres teriam uma capacidade intelectual reduzida (SOIHET, 2004), Lima colocase como questionador do papel pré-estabelecido para as mulheres ao escrever sobre a importância de sua educação.

3.3 LIMA E O REPÚDIO AOS UXORICIDAS

Entraremos agora na análise de algumas crônicas em que Lima irá demonstrar seu desprezo com o grande número de homicídios femininos praticados por seus noivos e/ou maridos. Na crônica “Não as matem!”, publicada em 27 de janeiro de 1915 no *Correio da Noite*, ele faz uma súplica aos homens pedindo que parem de matar suas cônjuges. Ele começa o texto relatando vários casos de homens que cometeram o assassinato de suas ex-noivas por não aceitarem o fim do relacionamento e fala sobre um último acontecimento: “Esse rapaz que, em Deodoro, quis matar a ex-noiva e suicidou-se em seguida é um sintoma da revivescência de um sentimento que parecia ter morrido no coração dos homens: o domínio, *quand même*, sobre a mulher.”(BARRETO, 2018, p. 712). Diz que já existiam casos de homens que matam as esposas adúlteras e agora surgiram também os que matam as ex-noivas. Para Lima, “semelhantes cidadãos são idiotas. É de supor que, quem quer casar, deseje que sua futura mulher venha para tálamo conjugal com a máxima liberdade, com a melhor boa-vontade, sem coação de espécie alguma” (BARRETO, 2018, p.

713). Ainda afirma que “esse obsoleto domínio à valentona, do homem sobre a mulher, é coisa tão horrorosa que enche de indignação” (BARRETO, 2018, p. 713).

Apresenta no texto um posicionamento que demonstra visão de igualdade entre homens e mulheres: “O esquecimento de que elas são, como todos nós, sujeitas, a influências várias que fazem flutuar as suas inclinações, as suas amizades, os seus gostos, os seus amores é coisa tão estúpida que só entre selvagens deve ter existido” (BARRETO, 2018, p. 713). Ressalta que acha absurdo cobrar das mulheres que amem uma pessoa eternamente e exigir isso por meio das leis ou do revólver. Finaliza a crônica com um apelo: “deixem as mulheres amar à vontade. Não as matem, pelo amor de Deus!” (BARRETO, 2018, p. 713). É preciso lembrar que, no contexto histórico de Lima, era algo corriqueiro o assassinato de mulheres pelos cônjuges, principalmente com a justificativa da “defesa da honra” em caso de traição por parte da mulher. Bourdieu comenta que, dentro da lógica do privilégio masculino, este deve sempre afirmar a sua virilidade, sendo que “a virilidade tem que ser validada pelos outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial, e atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de ‘verdadeiros homens’” (BOURDIEU, 2022, p. 90). Ou seja, em muitas sociedades patriarcais aceita-se o assassinato de mulheres para que haja a legitimação da virilidade do homem. Inclusive, em nosso Código Penal de 1890, não havia punição ao marido que flagrasse a esposa em ato de traição conforme Artigo 280 (BRASIL, 1890).

Para Simone de Beauvoir, a partir do surgimento da propriedade privada, o homem tornou-se também proprietário da mulher, o que teria dado origem à família patriarcal, em que temos a opressão da mulher (BEAUVOIR, 2016, p. 85). Como é dado ao homem o poder de ser dono da mulher, este sente-se no direito de acabar com a vida dela, na medida em que esta não corresponde às suas expectativas.

Veremos que este será o padrão na maioria das crônicas sobre uxoricídio escritas por Lima. Beauvoir comenta ainda que o adultério feminino seria a forma encontrada pelas mulheres de vingar-se da violência a que eram submetidas dentro do âmbito familiar (BEAUVOIR, 2016, p. 85). Os homens normalmente não são punidos quando traem suas esposas, mas, quando elas traem, é comum que as consequências sejam catastróficas, havendo, inclusive, punição prevista em lei, como era o caso do Brasil durante a Primeira República, o que demonstra o papel das instituições, neste caso do Estado, na proteção da virilidade do homem e a manutenção dos papéis de gênero, conforme vimos em Bourdieu (2022) e Scott (2019).

Segundo Judith Butler, “o gênero é um ato que tem sido ensaiado como um roteiro que existe apesar dos atores que o interpretam, mas que precisa deles para ser atualizado e reproduzido continuamente como realidade” (BUTLER, 2019, p. 222). Ou seja, os papéis de gênero têm um certo “roteiro” delimitado pelas diretrizes sociais de cada período histórico. No entanto, os sujeitos atribuídos de gênero podem contestar o papel a que estão submetidos. Dentro da lógica patriarcal, espera-se que a mulher casada cumpra com o papel de boa mãe e esposa perante a sociedade. Quando ela opta pela traição, ela foge do roteiro. Para Butler, “contestações ao roteiro por meio de performances inesperadas ou improvisações não justificadas são severamente punidas” (BUTLER, 2019, p. 229). Nas situações comentadas por Lima em seus textos, a “punição severa” dada a estas mulheres foi a morte.

É justamente contra este tipo de punição que Lima demonstra uma visão empática e sensível perante as mulheres e execra as violências a que estavam submetidas nesse período. Mas, em “Não as matem!”, ele vai além e se mostra contra a dominação “à valentona” do homem sobre a mulher, desconstruindo um perfil de masculinidade pautado no autoritarismo e na dominação. O escritor coloca a mulher

como igual dentro de uma relação amorosa e defende a sua liberdade, o que demonstra uma visão diferenciada sobre a condição feminina, ainda mais em uma sociedade com posições sociais de gênero ainda muito engessadas.

Seguimos para 1918 com a crônica “Lavar a honra, matando?”, em que ele retoma o tema do assassinato de mulheres. Nela, Lima conta sua experiência como jurado num caso de uxoricídio. As crônicas analisadas deixam claro o posicionamento do autor sobre homens que cometem tal ato. Mas, nessa crônica, sentimos um grande pesar na escrita de Lima por sua participação no julgamento em que o juiz absolveu o réu por se tratar de adultério. Mesmo abominando a atitude de homens que matam suas esposas, Lima votou pela absolvição do marido assassino. Ele justifica:

Eu julguei um uxoricida. Entrei no júri com reiterados pedidos de sua própria mãe, que me foi procurar por toda a parte. A minha firme opinião era condenar o tal matador conjugal. Entretanto a mãe... Durante a acusação, fiquei determinado a mandá-lo para o xilindró...Entretanto a mãe.... A defesa do doutor Evaristo de Moraes não me abalou...Entretanto a mãe...Indo para a sala secreta, tomar café, o desprezo que um certo Rodrigues, campeão de réu, demonstrava por mim, mais alicerçou a minha convicção de que devia condenar aquele estúpido marido....Entretanto a mãe... (BARRETO,1918, p. 49).

A repetição do termo “Entretanto a mãe...” demonstra a crescente angústia de Lima diante o julgamento. Por mais que despreze totalmente o ato cometido pelo homem, ele se sensibiliza com a mãe do réu e, por causa dela, decide absolver o uxoricida. Mesmo com seu posicionamento já fortemente estabelecido sobre o crime de uxoricídio, Lima exerceu empatia ao colocar-se no lugar da mãe do réu e aqui vemos novamente a sensibilidade do escritor, ato que impacta nossos afetos. De fato, somos impactados com a empatia de Lima ao se comover com a mãe do homem que

estava sendo julgado, de forma que passamos a nos conformar com a sua atitude de ter absolvido o réu.

No entanto, ele deixa evidente que se arrepende imensamente de sua atitude, demonstrando novamente que não concorda com a lógica de dominação do homem. Finaliza: “Afinal cedi... A mãe... Absolvi o imbecil marido que lavou a sua honra, matando uma pobre mulher que tinha todo o direito de não amá-lo, se o amou, algum dia, e amar um outro qualquer...Eu me arrependo profundamente” (BARRETO, 1918, p. 49). Novamente somos tocados por sua crise moral, pois ele sente que não honrou a mulher que perdeu a vida para o marido, ao mesmo tempo em que buscou acalantar o coração da mãe que pedia a absolvição do filho. Traz novamente um tema espinhoso para a sociedade de sua época, visto que era comum a depreciação social da mulher adúltera, algo que Lima era contra.

Passados alguns dias, Lima publica novamente um texto sobre o mesmo tema, o que confirma a real preocupação do autor com o assunto. Em 18 de março de 1918 é publicada a crônica “Os matadores de mulheres”, que já inicia com um claro protesto de Lima: “Eu não me cansarei nunca de protestar e de acusar esses vagabundos matadores de mulheres, sobretudo, como no caso presente, quando não têm nem a coragem do seu crime” (BARRETO, 1918, p. 54). Desta vez, o ato foi cometido por um comandante da polícia de Niterói, que era conhecido de Lima, já que o escritor trabalhava como amanuense na Secretaria de Guerra à época do crime que menciona (BARBOSA, 2017, p. 131). Ele não mede palavras ao desqualificar o assassino, questionando, inclusive, sua inteligência. O homicídio ocorreu após a esposa confessar que o filho do casal era fruto de uma traição. Novamente, Lima coloca-se como defensor das mulheres: “A mulher não é propriedade nossa e ela está no seu pleno direito de dizer de donde lhe vêm os filhos” (BARRETO, 1918, p. 54).

Vimos em Beauvoir (2016) o modo como o patriarcado colocou as mulheres como propriedade masculina; aqui, Lima deixa claro que discorda desta prática. Sendo coerente com seus posicionamentos até então, ele continua a abominar o assassinato de mulheres, mas, além disso, deixa claro que não vê as mulheres como “submissas” aos homens, ou como “propriedade”, conforme ele mesmo escreve no texto. Demonstra, novamente, que não as vê como inferiores ao gênero masculino.

Entramos em 1919 com a crônica “Os uxoricidas e a sociedade brasileira”, em que temos a união dos temas de uxoricídio, educação feminina e o casamento presentes no texto. Trata-se uma crônica mais longa, em que Lima retoma textos anteriores sobre o tema. Diante de um novo caso de crime de morte de uma mulher adúltera, ele novamente questiona a absolvição desse tipo de delito e se declara incomodado com a sociedade que apoia a atitude do marido (BARRETO, 1919, p. 10). Ao falar sobre a justificativa da “defesa da honra” dos homens nos casos de assassinatos, afirma:

A honra, como todas as concepções que têm guiado as sociedades passadas, inspira atualmente muitos crimes ou os desculpa. Essas concepções não devem ser totalmente varridas da nossa mentalidade; há nelas muita coisa a aproveitar e as aquisições que nos trouxeram, não são de desprezar; mas devem ser empregadas com precaução para nos serem úteis e nos servirem de modo a não entrar em conflito com o nosso atual sentimento da vida. Elas devem perder alguma coisa, em face de nossas ideias contemporâneas sobre o mundo e o homem. Pode alguém hoje desculpar ou perdoar o infame e hediondo crime que acabo de narrar, em nome da Honra? Não. Entretanto, a literatura e a crônica estão cheias deles, e embelezados, quando acontecidos, nos tempos feudais (BARRETO, 1923, p. 108).

O escritor deixa claro que, em sua visão, o argumento de matar a mulher em defesa da honra remeteria aos tempos medievais, não sendo cabível na sociedade

em que viveu. Para ele, este tipo de discurso reforçaria a “autorização que a sociedade brasileira dá ao marido de assassinar a esposa” (BARRETO, 1923, p. 109). Ele destaca que ficou comovido com o fato de outras mulheres terem condenado a moça por suas atitudes, alegando que concordavam com a ação do marido em assassiná-la. O escritor demonstra perceber a falta de sororidade entre as mulheres. Conforme vimos em Bourdieu, a dominação masculina é capaz de fazer com que as próprias mulheres criem “uma imagem desvalorizadora da mulher” (BOURDIEU, 2022, p. 64), o que explicaria esta falta de afinidade com a mulher que foi assassinada.

Lima segue questionando: “Então, quando tudo muda, tudo varia, ela não pode nem deve variar, mudar, transformar-se, uma vez que parece ser a essência da natureza inteira de que nós também fazemos parte, a mudança?” (BARRETO, 1919, p. 10). O escritor aparenta estar aberto à possibilidade de que o padrão de feminilidade poderia mudar com o tempo, o que justifica o uso das teóricas feministas que dão base a este trabalho. Em seguida, alfineta o casamento e a educação feminina:

Em geral, na nossa sociedade burguesa, todo casamento é uma decepção. É, sobretudo, uma decepção para a mulher. A sua educação estreitamente familiar e viciada pelas bobagens da instrução das Doroteias (jesuítas de saia) e outras religiosas/ a estreiteza e monotonia de suas relações, numa única classe de pessoas, às vezes mesmo de uma só profissão, não dão às moças, que, comumente, se casam em verdes anos, critério seguro para julgar os seus noivos senão os exteriores da fortuna, títulos, riqueza e um nome mais assim (BARRETO, 1919, p. 10).

Além de satirizar o fato de a educação feminina ser pautada por uma ordem religiosa, ele também traz alguns questionamentos relacionados ao casamento. Segundo o autor, o casamento seria uma decepção por dois motivos: as moças se casariam muito novas e, sem experiência de vida, não saberiam escolher apropriadamente as qualidades certas para os maridos; segundo, a sua educação,

pautada principalmente na religiosidade, não educaria as meninas para desenvolverem este senso crítico a respeito dos maridos (BARRETO, 1919, p. 10). Segue o texto criticando as leis que absolvem o marido do crime cometido e fala sobre a situação da mulher na sociedade:

Contra um ignóbil e iníquo estado de espírito dessa ordem, que tende a se perpetuar entre nós, aviltando a mulher, rebaixando-a ao estado social da barbaria medieval, de quase-escrava, sem vontade, sem direito aos seus sentimentos profundos, e tão profundos são que ela joga no satisfazê-los a vida; degradando-a à condição de coisa, de animal doméstico, de propriedade nas mãos dos maridos, com direito de vida e morte sobre ela; não lhe respeitando a consciência e a liberdade de amar a quem lhe parecer melhor, quando e onde quiser (BARRETO, 1919, p. 10).

Finaliza a crítica atacando novamente o movimento feminista: “contra tão desgraçada situação da nossa mulher casada, edificada com a estupidez burguesa e a superstição religiosa, não se insurgem as borra-botas feministas que há por aí” (BARRETO, 1919, p. 10). Complementa afirmando que o interesse das feministas seria somente arrumar cargos públicos, alegando que são um partido de “cavação” como outro qualquer. Em poucas linhas, Lima conseguiu criticar e questionar muitas instituições sociais e movimentos políticos. O escritor identifica a mulher como “quase escrava”, o que demonstra novamente que ele tinha a percepção de que as mulheres eram tratadas como inferiores na sociedade em que viveu e fez questão de escrever sobre isso. Inclusive, utiliza o mesmo termo que Simone de Beauvoir para referir-se as mulheres em sociedades patriarcais: escravas. Traz apontamentos relevantes sobre a educação feminina e também sobre o próprio movimento feminista, que, segundo ele, não dava a devida atenção a uma pauta tão importante como o crime de assassinato cometido contra mulheres. Este é um dos indícios que podemos citar em

relação ao desgosto de Lima com o feminismo: as pautas que ele considerava relevantes não eram tratadas pelo movimento, ao menos não na visão dele.

A crônica seguinte, “Mais uma vez”, trata de um caso de uxoricídio que ocorreu na Rua da Lapa. Além da objeção ao crime em si, Lima novamente fica indignado por algumas mulheres condenarem as adúlteras, a questão da falta de sororidade novamente. Ele também retoma o caso em que absolveu um uxoricida, o que demonstra que esta situação realmente o deixou comovido e impactado. Isso talvez justifique o grande número de crônicas sobre o tema, como se ele quisesse redimir-se por ter absolvido um assassino. Com grande indignação, declara: “No caso atual, neste caso da Rua da Lapa, vê-se como os defensores do criminoso querem explorar essa estúpida opinião de nosso povo que desculpa o uxoricídio quando há adultério, e parece até impor ao marido ultrajado o dever de matar a sua ex-carametade” (BARRETO, 2020, p. 134). Além de criticar o comportamento da sociedade em relação ao caso, também questiona um político e o movimento feminista pelo seu posicionamento, ou pela falta dele:

O liberal, o socialista Evaristo, quase-anarquista, está me parecendo uma dessas engraçadas feministas do Brasil, gênero professora Daltro, que querem a emancipação da mulher unicamente para exercer sinecuras do governo e rendosos cargos políticos; mas que, quando se trata desse absurdo costume nosso de perdoar os maridos assassinos de suas mulheres, por isto ou aquilo, nada dizem e ficam na moita. A meu ver, não há degradação maior para a mulher do que semelhante opinião quase geral; nada a degrada mais do que isso, penso eu (BARRETO, 2020, p. 134).

“Gênero professora Daltro” é uma referência a Leolinda Figueiredo Daltro, uma das precursoras do movimento sufragista do Brasil (KARAWEJCZYK, 2014). O tema do feminismo será melhor explorado no próximo subtópico, porém, vale notar que o escritor associa o feminismo a um movimento interesseiro e questiona a

prioridade de suas pautas; o que já nos dá um tom de qual seria a opinião de Lima sobre este movimento político. Para ele, o assassinato de mulheres era algo que deveria merecer a devida atenção de uma organização política feminina, uma pauta urgente, no entanto, não via mulheres empenhadas em defender a causa.

Segue o texto criticando novamente a atitude de outras mulheres que julgavam a moça que foi assassinada e conta que “todas elas tinham objurgatórias terríveis, condenando-a, julgando o seu assassinio coisa benfeita; e se fossem homens, diziam, fariam o mesmo” (BARRETO, 2020, p. 133). Lima, mesmo inserido na lógica de uma sociedade patriarcal, parece ter uma percepção mais sensível a respeito do uxoricídio do que algumas mulheres que viveram no mesmo período. Vimos em Beauvoir que “o mundo sempre foi dos machos” e que as mulheres ficam presas a esta lógica de dominação (BEAUVOIR, 2016, p. 100). Neste caso, podemos inferir que essas mulheres aderiram à lógica do domínio patriarcal, ao ponto de não demonstrarem sentimentos acolhedores para com a moça assassinada. Quem o faz é Lima Barreto.

Poderíamos esperar que Lima seguisse também a lógica patriarcal de domínio e condenação da mulher, mas ele não o faz, ao contrário, manifesta compaixão com a moça e despreza o seu assassino. Segundo a estudiosa Maria da Penha de Carvalho, “as experiências vividas de solidariedade; as paixões, as emoções, os afetos” são culturalmente associados à mulher e muitas vezes estes atributos éticos são desvalorizados por isto (CARVALHO, 2006, p. 83). Ao demonstrar tal sensibilidade e revolta na crônica especificada, podemos dizer que Lima se aproxima destas características culturalmente femininas, o que nos mostra a fluidez das categorias de gênero. Em “A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista” (2019), Sandra Harding defende que muitas das teorias patriarcais

estudadas pelas teóricas feministas “não foram criadas para explicar a experiência dos homens em geral, mas tão somente a experiência dos homens heterossexuais, brancos, burgueses e ocidentais” (HARDING, 2019, p. 96). Não poderíamos enquadrar Lima Barreto neste paradigma masculino sendo ele um homem negro que não pertencia a uma classe burguesa. Isto, somado ao fato de o escritor demonstrar solidariedade e empatia para com as mulheres, são elementos suficientes para afirmar que nem sempre um homem agirá dentro das regras estabelecidas pelo patriarcado. O que só demonstra a importância de revisitarmos as escritas feitas por homens e a relevância de se discutir também os padrões de masculinidade.

Em “Mais uma vez”, sensibiliza-nos a firmeza do posicionamento de Lima contra o uxoricídio, enquanto percebemos certa visão mórbida do mundo. Lima conta que o caso de uxoricídio na Lapa teve boa repercussão nos noticiários, o que fez com que o necrotério onde estava o corpo da moça estivesse mais povoado que o comum. Inclusive, o escritor entrou no local e viu o corpo da moça morta. Ao caracterizar o corpo da moça e suas vestimentas somos impactados pela cena sombria e triste:

No interior da *morgue*, era a frequência algo diferente [...]. Ari ficou mais tempo a contemplar os cadáveres. Eu saí logo. Lembro-me só do da mulher que estava vestida com um corpete e tinha só a saia de baixo. Não garanto que estivesse calçada com as chinelas, mas me parece hoje que estava. Pouco sangue e um furo bem circular no lado esquerdo, com bordas escuras, na altura do coração (BARRETO, 2020, p.133).

Finalizamos nossa seleção de crônicas sobre o homicídio de mulheres com “Coisas Jurídicas”. Neste novo caso apresentado no texto, Lima conta que o marido apanhou a mulher em flagrante com o amante e tentou matá-la usando uma faca, porém, o amante consegue salvá-la e acaba morrendo em seu lugar (BARRETO, 2018, p.242). A indignação aqui se dá porque o Código Civil permitia que o marido

assassino processasse a mulher pelo adultério, crime que seria pago com prisão. O escritor questiona: “o que é mais grave é o adultério ou a tentativa de assassinato?” (BARRETO, 2018, p. 342). De acordo com o Código Penal de 1890, Artigo 279, a mulher que cometesse adultério poderia ser punida com um a três anos de prisão celular (BRASIL, 1890). Novamente ressaltamos a questão da quebra do papel de gênero e a consequente punição pelo ato (BUTLER, 2019). A crônica em questão é curta e objetiva, mas a insistência de Lima com este assunto esclarece o quanto isso o incomoda e o quanto esses assassinatos eram comuns no Brasil à época, nos dando um melhor panorama das relações de gênero em nosso país durante este momento histórico.

Ao expressar sua indignação com os casos de uxoricídio, Lima não só demonstra repulsa aos homens que cometem tal ato, como também pontua algumas práticas sociais que permitem que tais casos continuem acontecendo. Uma de suas grandes críticas é em relação às leis, que não protegiam as mulheres em casos de violência. Retomando o tema da educação, ele defende que, caso as moças tivessem acesso a um ensino mais crítico, teriam melhores condições de escolher um marido. Já inserindo o tema do feminismo, questiona o movimento por priorizar a tomada de cargos públicos, não demonstrando interesse na luta contra os homicídios femininos. Ao falar sobre os chocantes casos de assassinatos, Lima demonstra que não vê a mulher como submissa ao homem e considera que elas teriam o direito de pensar e agir como bem entendessem, uma noção diferenciada daquela proposta pelos paradigmas sociais.

3.4 LIMA E O FEMINISMO

Seguimos agora explorando as crônicas em que Lima criticou de forma contumaz o movimento feminista, sendo que nestes textos acaba falando também sobre alguns aspectos da condição feminina. Ele questionou de forma direta o movimento feminista do Brasil, chegando mesmo a citar algumas das mulheres que eram líderes de partidos políticos e organizações que lutavam pelos direitos femininos. A primeira crônica é “A Amanuensa”, escrita em 1918 e publicada na revista *A.B.C.*, e se trata de um protesto de Lima “contra o ato de um homem público do Brasil” (BARRETO, 2018, p. 245), Nilo Peçanha, então ministro do exterior, que havia admitido uma moça em um concurso, para o cargo de “terceiro oficial” da sua secretaria. Para Lima, tal aprovação “aberra de todas as nossas concepções políticas e vai de encontro a todos os princípios sociais” (BARRETO, 2018, p. 245). Ele argumenta que essa “invasão” feminina nos espaços públicos, “que naturalmente são destinados aos homens” (BARRETO, 2018, p. 245) iria prejudicar a reprodução humana no planeta. Apesar de ter defendido pautas importantes para as mulheres, não podemos deixar de pontuar que o escritor acaba aderindo a uma visão tradicionalista ao afirmar que o espaço público não seria destinado às moças. Conforme vimos em Bourdieu, “a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça” (BOURDIEU, 2022, p. 24), sendo um destes alicerces a divisão sexual do trabalho.

Ainda, com uma ironia mordaz, alega que “a inteligência da moça é, em geral, reprodutora, portanto muito própria para esse estudo de línguas muito do gosto das repartições catitas, como Itamarati; mas nunca é capaz de iniciativa, de combinação de imagens, dados concretos e abstratos que definam a verdadeira inteligência” (BARRETO, 2018, p. 247). O autor não está totalmente equivocado ao associar a

inteligência feminina à reprodução, considerando que os paradigmas educacionais femininos da época eram limitados e deveriam estar baseados “nos princípios da moral, dos valores sociais e cívicos, como era corrente no discurso republicano” (MESSIAS; JACÓ-VILELA, 2018, p. 6). Uma possível interpretação para o posicionamento de Lima seria que, por não possuírem uma formação educacional apropriada, as mulheres não estariam preparadas para assumir cargos, já que Lima era ciente das condições em que as moças eram alfabetizadas. Ele reafirma no texto o local que acha adequado para as mulheres: o espaço privado. “Krafft-Ebing diz, num dos seus livros, que a profissão da mulher é o casamento” (BARRETO, 2018, p. 247) e fala sobre a necessidade de que a sociedade garanta bons maridos para as moças. Novamente, o autor adere ao ideário que coloca a mulher no mundo privado.

O texto nos mostra um Lima com dificuldades em abraçar alguns indícios da modernização, como é o caso da entrada das mulheres nos cargo públicos. Por mais que seja um autor extremamente crítico a respeito de várias questões sociais, ainda abraça alguns preceitos de sua época, como é o caso da associação feminina com o espaço privado/ função materna, reforçando o discurso de feminilidade proposto às moças neste período. Parece-nos contraditório o homem que defendeu tantas questões femininas até então, apresentar um pensamento contrário ao trabalho feminino, dizendo que a sua função é somente o casamento. Na crônica “Os uxoricidas e a sociedade brasileira”, já analisada no tópico anterior, o escritor demonstrou um posicionamento crítico a respeito do casamento. Enquanto “A amanuensa” foi publicada em 5 de outubro de 1918, “Os uxoricidas e a sociedade brasileira” foi publicada em 2 de março de 1919, ou seja, meses separam os textos que apresentam posições contraditórias do autor. O que teria ocorrido neste curto

espaço de tempo para que mudasse radicalmente sua visão sobre o casamento? E o que ele via nesse incipiente movimento feminista que o tirava do sério?

A próxima crônica é “O Doutor Frontin e o feminismo”, em que Lima se dirige diretamente a uma das líderes do movimento feminista da época: Dona Leolinda Daltro, professora, sufragista e fundadora do Partido Republicano Feminino. Embora se chamasse “Leolinda”, percebemos que Lima faz trocadilhos com seu nome frequentemente, referindo-se a ela como “Deolinda”, “D. Florinda” ou então “D. Deolinda”, claramente com a intenção de ridicularizar. Segundo a estudiosa Mônica Karawejczyk, Leolinda foi uma das pioneiras do movimento sufragista no Brasil e reuniu, em 1909, uma congregação de mulheres para apoiar a candidatura de Hermes da Fonseca à presidência do Brasil. Essa congregação formou posteriormente o Partido Republicano Feminino (PRF): partido político que só admitia mulheres em sua formação, o que é curioso, portanto, já que conforme vimos no primeiro capítulo, as mulheres não tinham direitos políticos na Primeira República. Mônica explica que, embora as mulheres do partido não pudessem atuar politicamente, “Daltro procurava o apoio dos políticos da época para a sua causa, se aproveitando da aproximação de figuras políticas masculinas de destaque para dar visibilidade aos atos do partido em suas manifestações públicas” (KARAWEJCZYK, 2014, p. 72). Também ressalta que Leolinda Daltro tinha uma “rede de contatos” no governo que incluía nomes como Quintino Bocaiuva, José do Patrocínio, Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado (KARAWEJCZYK, 2014, p. 67).

As medidas tomadas por Daltro deram certo, de certo modo, já que os temas do feminismo e do voto feminino passaram a estar presentes nos jornais do Rio de Janeiro, mesmo que em tom de crítica, como é o caso das próprias crônicas de Lima que citam o movimento com certa frequência. Em “O Doutor Frontin e o feminismo”,

ele usa um tom muito irônico, contando com deboche sobre as ações e atitudes de Leolinda Daltro. Por meio das menções aos políticos do Rio de Janeiro presentes na crônica e de sua data de publicação, podemos compreender que se trata de um período de campanha eleitoral para prefeito do Rio, sendo os candidatos citados Paulo de Frontin e seu opositor Sá Freire. Lima aponta que o Partido de Daltro não apoiará a reeleição de Sá Freire e que ficou admirado com a atitude dela de se opor ao então prefeito do Rio, pois, em outra ocasião conta que ela teria recorrido a ele para que fosse reintegrada ao magistério municipal (BARRETO, 2018). Ele questiona o porquê de Dona Daltro ter mudado de ideia tão de forma tão repentina:

A causa está explicada na própria carta. Ela, o batalhão e o partido reservam os afagos e cumprimentos para o doutor Frontin. Todos os três – o batalhão, ela e o partido – têm razão. O senhor Frontin é o fura-avenidas e é justo que instituições femininas admirem esse Hércules que lhes fornece campo e quadro para realçar as elegâncias das moças, senhoras e velhas (BARRETO, 2018, p. 251).

Conforme visto no primeiro capítulo, o Rio passou por uma remodelação e o senhor Frontin foi um dos engenheiros responsável pela criação das grandes avenidas na cidade (SEVCENKO, 1983), por isso Lima o chama de “fura-avenidas”. Engraçada a relação que ele faz entre ele e o movimento feminista como se, da mesma forma que Frontin abriu novos espaços, mudando o cenário do Rio de Janeiro, o feminismo também fosse uma espécie de invasor no ideário das mulheres brasileiras. Além disso, novamente ele associa o feminismo como um movimento interesseiro, com objetivos específicos de conquistar algo que beneficie um grupo pequeno de mulheres. Afirma ainda que “Dona Daltro” “fez-se feminista de quatro costados”, sendo assim ela deve “defender os interesses das transparentes “melindrosas”, que são afinal a quintessência do feminismo moderno” (BARRETO, 2018, p. 251). Para Lima,

o feminismo de Dona Daltro defenderia o interesse das “melindrosas”, ou seja, das moças de classes mais abastadas, o que nos permite inferir que ele não via neste movimento uma luta por todas as mulheres. É possível deduzir também que a politicagem envolvendo o movimento de mulheres deixava Lima receoso a respeito do feminismo, já que ele era um grande crítico da política republicana.

Outra crônica que também envolve questões políticas e as mulheres é “Voto Feminino” em que o escritor carioca volta a criticar o movimento feminista ao comentar sobre o projeto do Senado pela aprovação do voto feminino. Lima deixa claro que não tem fé na República brasileira e que, para ele, não faria diferença quem seria presidente, mas comenta a presença das mulheres na câmara na tentativa de aprovação do projeto (BARRETO, 2018). Novamente, traz o nome de “Dona Deolinda Daltro”, que estaria presente na Câmara lutando pelo sufrágio:

Dona Deolinda Daltro, que está pleiteando a passagem do projeto, ia para o senado com bando de senhoras, senhoritas e meninas, carregadas de flores, e despejava as pétalas sobre a cabeça do respeitável e imenso senador Lopes Gonçalves, que sabe inglês e é o defensor do mesmo projeto, embora seja este de autoria do seu colega Justo Chermont. As flores, porém, foram e irão para o senhor Gonçalves, porque é pessoa notoriamente elegante e trata-se de um projeto que interessa às damas (BARRETO, 2018, p. 253).

A descrição da cena feita por Lima, de fato, é apelativa e dá a entender que as senhoras teriam algum tipo de interesse no “elegante” senador Gonçalves. A imagem das mulheres distribuindo flores entre os políticos na Câmara dá um tom caricato à cena, já que a presença feminina com suas flores não deveria ser comum num ambiente político. As atitudes amistosas das moças com os políticos demonstram o teor de sua atuação política: estas mulheres não pretendem entrar para a política afrontando os homens, ao contrário, contam com sua ajuda. Ao analisar esta crônica

de Lima, a pesquisadora Magali Engel conclui que para o escritor o livre exercício do voto não seria possível para as mulheres, já que muitas não teriam autonomia para decidir voto por estarem sob tutela do pai e/ou marido (ENGEL, 2009, p. 377), ideia esta que corrobora a nossa visão teórica a respeito da dominação masculina.

Avançando na crônica, o escritor escreveu que não tem simpatia pelo projeto do voto feminino “mas julga-o útil porque dá às casas do parlamento feições floridas e gentis de sala de baile ou plateia de teatro” (BARRETO, 2018, p. 253), dando a entender que a ação das mulheres seria mera futilidade. De forma irônica, ele propõe que a política brasileira seria uma festa e a presença das mulheres com suas flores apenas um “enfeite” a mais, já que ele deixou evidente no início do texto que não tem fé alguma em nosso sistema político. O escritor também comenta que as mulheres presentes na Câmara estariam dando abraços nos senadores e insinua que talvez estivessem aos beijos também, demonstrando que vê futilidade em tais ações. Finaliza o texto dizendo que “uma lei que nasce de abraços, só pode ser favorável aos destinos da Pátria” (BARRETO, 2018, p. 254). Acreditamos que, para Lima, o problema não seria a participação feminina na política em si, mas a total descrença que tinha nos processos políticos da República, já que, de fato, a população geral tinha pouca crença na política pública, visto que o famoso “voto do cabresto” estava em curso na época, conforme exploramos no primeiro capítulo.

A próxima crônica, “A polianteia das burocratas”, é uma das mais extensas, tanto que foi publicada no periódico em duas datas: 26 e 27 de setembro de 1921. Nela, Lima demonstra novamente o seu incômodo com a “invasão” feminina em cargos públicos. Ele irá criticar duramente o fato de que muitas mulheres ocupavam os cargos de forma irregular:

Ninguém nega que a mulher tenha as qualidades subalternas e secundárias que são exigidas para o exercício de um simples cargo público; mas o que está em jogo não é bem isso. Está em jogo a maneira irregular e ilegal que tem presidido o provimento, desses cargos, por moças e senhoras (BARRETO, 2018, p. 255).

Em outros textos, questionou aspectos da legislação, mas, no que se refere aos cargos públicos ocupados por mulheres, ele é irredutível: não aceita essa ilegalidade de forma alguma. Acreditamos que ele se sente injustiçado por essa presença feminina, pois ele, também um funcionário público, teve que estudar e ser aprovado em concurso para que tivesse acesso a seu cargo. Ele dá a entender que as moças não tiveram que passar pelo mesmo processo que passou. Quando escreveu “ninguém nega que a mulher tenha as qualidades subalternas e secundárias” para trabalhar como funcionária pública, direciona sua crítica à burocracia do cargo e não às mulheres. Seguindo seu texto, irá citar outra líder do movimento feminista, Bertha Lutz, que considerava a questão do trabalho como primordial para o feminismo:

Minha senhora, então a mulher só veio a trabalhar porque forçou as portas das repartições públicas? Ela sempre trabalhou, minha senhora, aqui e em toda parte, desde que o mundo é mundo; e, até nas civilizações primitivas, ela trabalhava muito mais do que o homem (BARRETO, 2018, p. 300).

Segue explicando que sempre viu mulheres trabalhadoras em sua vida e que elas nunca precisaram de um movimento feminista para isso. Cutuca o movimento novamente chamando-o de “feminismo de secretaria” e afirma que não passa de uma “moda”, “coisa do momento” para servir alguns interesses. Faz um comentário sobre a inteligência das mulheres:

As mulheres têm muita aptidão para a retenção e para a repetição, sobretudo nas primeiras idades; mas não filtram os conhecimentos através do seu temperamento,

não os incorporam à sua inteligência, ficam sempre como estáticos a elas, não os renovam em si. Daí a sua pouca capacidade de invenção e criação; mas daí também os seus sucessos nos exames e concursos. Tudo está na ponta da língua... (BARRETO, 2018, p. 258).

Pela descrição de Lima, a imagem que parece ter da inteligência feminina é de que as mulheres apenas saberiam “repetir” o que lhes era ensinado, sem uma capacidade crítica mais profunda. Ele já tratou deste tema da educação feminina, em que questionou o quanto a educação das mulheres era guiada pelas instituições religiosas e pouco pautada na ciência crítica, o que explica seu comentário. De fato, considerando os paradigmas educacionais da época, as mulheres não teriam grande capacidade crítica, já que não era incentivado que tivessem um desenvolvimento intelectual. É possível inferir que Lima não as julgasse com habilidades suficientes para exercer cargos públicos, faltando-lhes conhecimentos que não fariam parte de sua educação, por isso sua implicância com os cargos ocupados por mulheres. Além de querer, claramente, alfinetar as mulheres feministas.

O próximo texto, “O feminismo invasor...”, demonstra no título o sentimento de Lima sobre o movimento. Ele faz referência à Bertha Lutz novamente, porém, a chama de “Alberta Luz” no texto e nomeia sua organização de “Liga pela Manumissão da Mulher Branca”, quando, na realidade, sua organização política chamava-se “Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher”. Formada em 1919, a Liga criada por Lutz tinha o objetivo de ampliar a participação feminina na vida pública e foi um movimento muito marcado por sua forte personalidade (SOIHET, 2000, p. 101). Podemos entender que provavelmente Lima chama o movimento criado por Lutz de “Liga pela Manumissão da Mulher Branca” como forma de debochar do movimento que era, de fato, formado por mulheres brancas. É possível também que esta seja uma forma do autor apontar a falta de presença de mulheres negras neste movimento político.

Ele narra uma suposta reunião da “Liga pela Manumissão da Mulher Branca” zombando das situações constantemente, já que, segundo seu texto, o evento contava com a presença de apenas uma pessoa: a própria Bertha Lutz. Não encontramos algum relato que nos permita afirmar que esta reunião realmente aconteceu com a presença de apenas uma pessoa, conforme descrito por Lima na crônica. Ele não é muito preciso ao falar do encontro, alegando apenas que “realizou-se a 5 do corrente mês, na sua sede, em toda a parte e em nenhum lugar, mais uma reunião da Liga” (BARRETO, 2018, p. 263) e que ele próprio não esteve presente, teria tomado notas a respeito com base no relato de um colega. Essa imprecisão de detalhes e a falta de fontes que comprovem o fato nos permitem interpretar que Lima escreveu a crônica imaginando como seria um encontro feminista liderado por Bertha Lutz. Escreveu novamente sobre a questão da “invasão” de mulheres em cargos públicos:

Com o aparecimento, no cenário do feminismo nacional, da Liga pela Manumissão, as coisas tomaram outro rumo. Daí em diante, secundando as vozes altipotentes de Maurício de Lacerda e Bruno Lobo, de Lopes Gonçalves, o verdadeiro Conde de Redondo, e do senhor Juvenal, que não é satírico, não é poeta, não é nada, trataram as moças e senhoras de arranjar bons padrinhos e colocaram-se nas repartições públicas, saltando por cima das leis e outros obstáculos (BARRETO, 2018, p. 265).

Lima destaca que as mulheres da Liga teriam conseguido seus cargos públicos por meio de contatos, principalmente de políticos homens, e que estes cargos eram concedidos de forma ilegal. O que parece aborrecê-lo, e que o autor expressa tão bem pela ironia, são as politicagens em que o movimento feminista de Lutz estava envolvido. A tática não é muito diferente da usada por Leolinda Daltro, conforme vimos acima. Continua o texto com o seu ácido humor:

Hoje, sim! – concluiu a presidente – a mulher trabalha deveras e a sua total manumissão está para breve; e tempo virá, em séculos bem breves, no qual a mulher tornará armas para manter integralmente o terreno conquistado. Não será o reino da grande *Duchesse* de Gérolstein, de Offenbach, diz dona Adalberta, mas sê-lo-á de Lisístrata de Aristófanos. Abaixo os beijos, sejam de que natureza forem! Não é sem tempo... (BARRETO, 2018, p. 265).

O autor dá a entender que, com o passar do tempo, as mulheres pegariam em armas para manter a “conquista” de seu território, pontuando que, para ele, o feminismo, e conseqüentemente as mulheres, estariam invadindo um território ou um espaço que não lhes pertencia. Termina retratando de forma cômica a situação da suposta reunião de uma só pessoa: “A presidente, dona Adalberta Luz, terminando, ergueu um viva à libertação da mulher, que foi seguido pelo de dona Adalberta Luz, primeiro-secretário; pelo de dona Adalberta Luz, segundo-secretário; e pelo de todo o auditório, composto unanimemente de dona Adalberta Luz” (BARRETO, 2018, p. 265). Uma possível interpretação para Lima ter colocado Bertha Lutz como única integrante da reunião é o fato de o movimento liderado por ela ser muito marcado por sua opinião. Segundo Soihet, as próprias integrantes da Liga reconheciam que Bertha “dirigia integralmente a campanha” (SOIHET, 2000, p. 102).

Na próxima crônica, “O feminismo em ação”, Lima fala sobre o crescente número de crimes praticados por mulheres contra homens e defende que mulheres tenham que pagar pelo crime da mesma forma que os homens, já que o feminismo prega a igualdade (BARRETO, 2018). Para ele, “é natural que a mulher, querendo ser votante e votada, seja também candidata ao assassinato, tanto mais que esse negócio de eleição não passa sem homicídio” (BARRETO, 2018, p. 266). Lima vê o cenário político brasileiro como violento, então, em sua visão as mulheres teriam que lutar como homens para conquistar seu espaço. Para o cronista, “não é justo a mulher só

queira entrar para o Museu Nacional e não aspire também a Casa de Correção, por crime de morte” (BARRETO, 2018, p. 266), naturalmente sendo irônico, pois obviamente ninguém almeja a prisão. O escritor quer demonstrar que o feminismo só queria benfeitorias, sem cogitar encarar as consequências: “Eu, que sou antifeminista, à vista do que está acontecendo, me julgo completamente satisfeito. A mulher tem as mesmas capacidades que o homem e pode exercer todas as funções que ele exerce, inclusive a de assassínio” (BARRETO, 2018, p. 266). A frase parece contraditória, não fosse a ironia ao final dela. Ele se diz antifeminista, mas admite que as mulheres têm as mesmas capacidades que o homem, sendo que elas poderiam cometer até o crime de assassinato.

No tópico anterior exploramos a questão do recorrente homicídio de mulheres no Rio de Janeiro no início da República e a indignação de Lima com as motivações desses assassinatos, sendo que, nestas crônicas, o escritor se posiciona como um grande defensor das mulheres, inclusive colocando-se contra a legislação que não as protegia nesses casos. É curioso, portanto, ele falar sobre a possibilidade de mulheres cometerem assassinatos, já que era de conhecimento do autor que os homicídios cometidos por homens eram relativamente mais comuns do que a situação contrária. Apesar de mencionar no início da crônica que houve um aumento de crimes cometidos por mulheres, ele não deixa claro se estes crimes seriam o de homicídio especificamente. De forma ácida e até debochada, Lima tentou expressar neste texto que o mundo político e a sociedade da época eram violentos e que talvez este incipiente movimento feminista e as mulheres que o compunham não estivessem preparados para enfrentar determinadas situações que poderiam ferir a condição feminina.

Na crônica seguinte, “Uma atuação da Dona Berta”, Lima ataca diretamente, e mais uma vez, a militante feminista Bertha Lutz. Ele inicia escrevendo sobre as glórias nacionais e exaltando personalidades como Santos Dumont e afirma que “agora, temos a faladora Berta Lutz” que viajou para os EUA para falar sobre a educação feminina. Denuncia novamente a questão dos cargos públicos: “o que elas querem é ser escriturárias, mediante concursos duvidosos, em que entram influências ‘brunísticas’, para que tirem os primeiros lugares” (BARRETO, 2018, p. 269). Prossegue o texto mostrando que, em sua visão, o feminismo seria, na verdade, guiado por interesses de políticos homens:

Isso é o feminismo, à Bruno Lobo, quando não é à Carlos Chagas, esse descobridor do mel de Zau em ninho de coruja, que nos impingiu umas “americanas”, mais ou menos alouradas, a fim de nos ensinar a dar lavagens e clisteres, obedecendo a métodos científicos, como se elas, apesar de louras e de seus olhos azuis, tivessem alguma ideia do que seja ciência, mesmo aquela esbodegada que tem referido Chagas (BARRETO, 2018, p. 369).

Já mencionamos a importância das instituições na manutenção e perpetuação dos papéis de gênero (SCOTT, 2019), considerando que o espaço político foi negado às mulheres por muitos anos. Conforme vimos no segundo capítulo, a vertente feminista brasileira representada por Bertha Lutz e pela professora Daltro não ofereceu questionamentos ao domínio masculino (PINTO, 2003). Assim, embora estas mulheres tenham começado a participar de debates políticos, sua atuação estava dentro dos limites impostos por uma política predominantemente masculina. Portanto, é perspicaz a observação de Lima ao notar que, na realidade, quem estaria por trás das pautas supostamente feministas seriam os homens que cita no trecho acima.

Destacamos também a questão de influência norte-americana que Lima vê nesse movimento político, o que lhe desagradava profundamente. Além disso, há o fator de as americanas serem “louras de olhos azuis”; ele já mencionou em crônicas anteriores a questão de o movimento feminista ser composto somente por mulheres brancas. A influência norte-americana somada ao fato de o movimento ser majoritariamente de mulheres brancas faz Lima questionar sua aplicabilidade no Brasil, cuja realidade social e demográfica é totalmente diversa, com grande número de pessoas de cor negra, que seriam excluídas do movimento. Hoje é reconhecido pela historiografia que, de fato, este movimento feminista principiante deu alguns benefícios a mulheres das classes médias mas não foi capaz de impactar a vida das mulheres pobres (SOIHET, 2000, p. 106). Lima foi capaz de enxergar esta exclusão e talvez este tenha sido um dos principais motivos pelos quais não via o feminismo como algo positivo.

A crônica seguinte é “Legião da Mulher Brasileira”, publicada em 27 de março de 1920 no periódico *A.B.C.*, em que Lima tece comentários sobre uma sessão do grupo de mulheres. A Legião foi um grupo formado para mulheres trabalhadoras a fim de debater seus direitos e teve como uma de suas fundadoras a já citada ativista Bertha Lutz (SOIHET, 2000, p. 113). Pontua ele que, “de quando em quando, as nossas gentis patrícias, como dizem as sessões elegantes dos jornais, cansadas do ramerrão das festas mundanas e de torcer nas agitadas partidas de football, lembram-se de fundar partidos, clubes e outras agremiações exclusivamente femininas” (BARRETO, 2018, p. 259). Logo de início já fica evidente o desprezo de Lima, que parece acreditar que tais mulheres criaram a “Legião da Mulher Brasileira” simplesmente como um hobby, algo para matar o tempo, e não que realmente tivessem algum assunto relevante para debater. Após ter visto fotografias nos jornais

da reunião dessa organização, Lima mostrou-se surpreso pelo fato de que existiam homens presentes. Para ele, “parece – não afirmo coisa alguma – que as nossas senhoras não se julgam perfeitamente aptas para esses trabalhos de sessões solenes; precisam por isso, do auxílio masculino” (BARRETO, 2018, p. 259). Novamente, associa o masculino ao político e demonstra acreditar que, na realidade, as mulheres possivelmente não soubessem organizar-se politicamente. Ou, na verdade, eram guiadas pelos interesses políticos masculinos.

Segue a crônica contando que ele foi pessoalmente assistir uma das sessões, após saber que a presença masculina era permitida. Conta que estavam presentes muitos homens notáveis da sociedade e também um sacerdote católico. Durante o encontro foi declarado que a esposa do presidente da República (Epitácio Pessoa), senhora Mary de Saião Pessoa, foi aclamada como presidente de honra. Lima, de forma irônica, afirma : “uma escolha dessas está tão acima das faculdades humanas que somente uma inspiração sobrenatural podia ditá-la” (BARRETO, 2018, p. 261). Podemos interpretar que Lima estivesse criticando as politicagens envolvendo o movimento de mulheres, que elegeram como presidente a esposa do presidente da República, provavelmente com segundas intenções. A reunião foi interrompida após um padre discursar e causar a revolta de algumas mulheres que professam religiões diferentes e não concordavam com a presença do sacerdote. A crônica nos demonstra algo importante: Lima não conhecia o movimento de mulheres apenas pelas manchetes dos jornais, mas buscou participar de reuniões para entender do que se tratava. Apesar de não apresentar críticas contundentes sobre a Legião de Mulheres nessa crônica, ele também não destaca nenhum aspecto positivo. Podemos entender que, para ele, essas mulheres estariam apenas reforçando o *status quo* social, sem a intenção de trazer algo que revolucionasse a vida das mulheres.

A última crônica em que aparecem questões relacionadas ao feminismo chama-se “O nosso feminismo”, em que o autor relata um caso de uma moça que foi sorteada para o serviço militar e negou-se a servir “alegando sua qualidade de mulher” (BARRETO, 2018, p. 247) e que não seria própria para executar o trabalho. Defende Lima que “a razão e a justiça estão ao lado da moça: ela não pode nunca ser soldado. Isto por todas as leis divinas, naturais e humanas” (BARRETO, 2018, p. 247). Ou seja, em sua visão, acredita que o trabalho de soldado não estaria de acordo com a natureza feminina, demonstrando novamente que, em alguns momentos, ele acaba sendo influenciado pelas noções de feminilidade vigente à época que configuravam a natureza feminina como frágil (SOIHET, 2002).

Eu fui amanuense ou o que quer que seja de uma vetusta secretaria, durante quinze anos, e sei bem o quanto aquilo de fazer ofícios, registros e decretos dá à ambiências um ar morno e depressivo; sei bem que a graça feminina quebra esse ar magnificamente, como acontece, por exemplo, na repartição de estatística, que tem sempre o ar festivo e galante de sala de baile (BARRETO, 2018, p. 248).

Ele demonstra que o clima de um local burocrático é depressivo e se opõe a um ambiente com a presença feminina, por isso acredita que a presença das mulheres não deveria acontecer em tal ambiente. A descrição feita por Lima nos leva a entender que o escritor tinha uma concepção sobre feminilidade, já que, para ele, a presença da mulher teria um “ar festivo e galante de sala de baile”, atribuindo características alegres e espirituosas às damas. Desta forma, é possível notar que Lima percebe que há um conjunto de ações e gestos, ou seja, uma performatividade, que é exclusivamente feminina. Pois, conforme vimos em Butler (2017), o gênero também é marcado pelo performativo. Portanto, para o escritor, o “ar morno e depressivo” do escritório seria um local incompatível com a natureza feminina, dado os padrões da época.

Ao escrever sobre o feminismo, pontua “o que ele quer não é a dignificação da mulher, não é sua elevação; o que ele quer são lugares de amanuenses com cujos créditos possa comprar vestidos e adereços, aliviando nessa parte os orçamentos dos pais, dos maridos e dos irmãos” (BARRETO, 2018, p. 249). Conforme relembramos, o feminismo cedeu à época alguns benefícios, como a possibilidade de trabalho em locais burocráticos para mulheres de uma situação econômica específica. É possível deduzir que estas mulheres das classes mais abastadas não dependessem de seu próprio salário para sobreviver, por isso o escritor comenta que estariam usando os créditos para compra de vestidos e adereços, tornando a questão do trabalho feminino, nestes casos específicos, como algo fútil na visão de Lima. É possível apontar também que ele não vê no feminismo um movimento que dê uma real dignidade às mulheres.

No geral, é possível afirmar que Lima direciona suas críticas ao feminismo a uma vertente específica dele: o movimento liderado por Bertha Lutz, que foi considerado uma “face bem-comportada” do feminismo segundo a historiadora Céli Regina Jardim Pinto (PINTO, 2003, p. 14). Esta face do movimento de mulheres teve uma atuação limitada, já que lutou pela inclusão política feminina sem questionar a estrutura de poder e a posição ocupada pelos homens naquela sociedade (PINTO, 2003, p. 14). Outro fator colocado por ele seria a sua costumeira desconfiança quanto ao regime político republicano: ao ver as mulheres aderindo a um sistema político que julgava injusto e corrupto, não consegue dar credibilidade. Além disso, algo mencionado por ele nas crônicas é o fato de existirem homens envolvidos com o movimento de mulheres, o que pode ser interpretado pelo autor como uma falta de protagonismo num processo político que deveria ser liderado por mulheres.

No entanto, não podemos afirmar que o fato de Lima ter tecido críticas ao movimento feminista signifique que ele tenha uma visão negativa do feminino ou que julgue todas as mulheres do mesmo modo. Se por um lado usa do humor e da ironia para deslegitimar as ações das mulheres feministas, por outro, dá voz às mulheres que sempre estiveram à margem, como é o caso das trabalhadoras que defende na crônica “Polianteia das burocratas”. Parece-nos que Lima reconhece que há uma multiplicidade de vivências femininas: conta sobre as “melindrosas” feministas, as trabalhadoras, as que sofrem com os casos de homicídio, entre outras. Devemos apontar também algumas incongruências do autor que ora defende que o destino da mulher é o casamento, ora critica a instituição do casamento por julgar que a mulher estaria submissa ao homem nesta situação. Lima parece ancorar-se num posicionamento mais tradicionalista para o papel da mulher quando se depara com coisas que o incomodam, como é o caso das mulheres que passaram a estar presentes nos cargos públicos, um espaço que era majoritariamente masculino.

3.5 LIMA E A MODA, O CASAMENTO E OUTROS ASSUNTOS FEMININOS

Neste último tópico estão as crônicas cujos temas envolvem o mundo feminino, mas não se resumem a um único assunto. Embora os temas tratados por ele nas crônicas sejam aleatórios e até mesmo, inesperados, auxiliam-nos a compreender melhor sua visão sobre as mulheres. No texto “A lei” de 1915, publicado no *Correio da Noite*, Lima questiona a serventia da lei em relação a um caso de aborto. Ele comenta o caso de uma senhora que era mãe de uma menina e separada do marido: ela acabou tendo outra relação amorosa em que engravidou. Escreveu ele que “o caso de complica com uma gravidez, e para que a lei, baseada em uma moral que já se findou, não lhe tire a filha, procura uma conhecida, sua amiga, a fim de

provocar um aborto de forma a não se comprometer” (BARRETO, 2018, p. 701). Lima se mostra revoltado com a lei que pune a mulher pelo aborto: “berram e levam a pobre mulher para os autos, para a justiça, para a chicana, para os depoimentos, para essa via-sacra da justiça, que talvez o próprio Cristo não percorresse com resignação” (BARRETO, 2018, p. 701). Relata que a parteira, que a auxiliou no processo, temendo a prisão, acabou cometendo suicídio. Ele comenta: “reflitamos agora; não é estúpida a lei que, para proteger uma vida provável, sacrifica duas? Sim, duas porque a outra procurou a morte para que a lei não lhe tirasse a filha. De que vale a lei?” (BARRETO, 2018, p. 701).

É intrigante Lima trazer o assunto do aborto ao público, já que é um tema causador de muita polêmica numa sociedade predominantemente católica, como o Brasil. Ainda hoje é um assunto espinhoso, mesmo para os movimentos feministas atuais. Interessa-nos a forma com que Lima defende as mulheres envolvidas no caso, sem julgá-las de forma preconceituosa. Uma mulher divorciada já seria por si só uma figura polêmica no início do século XX. Não bastando isso, ela concebeu um segundo filho (fora de um casamento) e escolheu pôr fim à gestação, atos que seriam condenáveis não só moral como judicialmente, conforme apontou Lima. Ele não levanta uma bandeira a favor ou contra a prática do aborto, mas questiona a legislação que dificultaria o acesso da mãe à filha, caso esta tivesse outro filho fora do casamento. Demonstra estar ciente, novamente, de que a legislação do estado brasileiro não protegia as mulheres. Num texto curto e objetivo, Lima nos mostra um lado mais sensível, de empatia com as mulheres envolvidas na dramática situação. Seria mais fácil condená-las, mas ele demonstrou compreensão.

Outra crônica em que Lima é possível afirmar que ele valoriza as mulheres é “Vera Zaslitch”, publicada em 14 de agosto de 1918. No texto, ele nos conta sobre o

processo revolucionário que estava em curso na Rússia e destaca a participação feminina, elegendo Vera Zasulich como um símbolo de todas as mulheres envolvidas no processo político:

São de meditar tais palavras quando vemos baixo interesse ou a nossa proverbial preguiça mental tentar amesquinhar os revolucionários russos com o epíteto: loucos. Entre eles, há mulheres. Há até uma Mm. Kollontai, que é ou foi Ministro do Bem Público; não é de hoje porém, que as mulheres russas, moças, em geral, envolvem nesses movimentos, altruisticamente subversivos, do império dos Romanoffs. Esta Vera Zasulich, que teve uma celebridade internacional, é como símbolo delas todas (BARRETO, 1923, p. 33).

Destaca as ações de Vera na busca de melhorias para o seu país, valorizando seu caráter e os sacrifícios que fez em nome de outras pessoas. Novamente, percebemos que Lima não rebaixa a atuação das mulheres ou as considera menos importantes, mesmo neste caso político específico. Retornamos mais uma vez à crônica “Mulheres brasileiras”, em que ele reclama da falta da presença feminina no desenvolvimento de ideias na pátria brasileira. Isso nos faz pensar que a admiração dele por Vera Zasulich viria dessa atuação e luta pelo país, dentro dos ideais em que acreditava, e que Lima não vê nas mulheres brasileiras. Devemos pontuar também que, nas crônicas que escreveu sobre o movimento feminista, Lima parece não associar o movimento de mulheres brasileiras a uma potencial mudança em nossa sociedade da mesma forma que vê a movimentação das russas.

Em “Como Budista...”, o escritor carioca retoma a questão do casamento e a legislação brasileira. Trata-se de um comentário do autor sobre a notícia de uma moça que matou o marido, crime cometido na cidade de São Paulo. Já comentamos sobre as crônicas que contam os casos de homicídios contra mulheres, porém aqui a situação se inverte. Conta ele que a moça “pensou que o marido fosse um homem;

ele, quando ela o conheceu direito, não passava de um caçador de dotes” (BARRETO, 2018, p. 749). E a defende: “essa moça não se casaria com esse moço se não o visse armado de um “anel”; ela não daria seu corpo se a ambiência social não dissesse que, com a tal da carta, ele valia muitas coisas” (BARRETO, 2018, p. 749). Explica que a mulher foi enganada pelo marido, que se dizia doutor, título que não tinha. Defende que entre o marido e a mulher deve haver lealdade, “os dois devem entrar na sociedade conjugal com a máxima boa vontade e admiração um pelo outro. O que não pode continuar é que se faça da mulher escada para subir” (BARRETO, 2018, p. 750). Continua o texto condenando homens, sejam maridos ou pais, que usam a mulher como “instrumento da sua ambição”.

O autor escreveu que “a mulher não é instrumento de ambição; a mulher é um consolo e um conforto para os nossos vícios e as nossas desgraças” (BARRETO, 2018, p. 750). Demonstra que vê nas mulheres um papel acolhedor e de companheirismo e não uma relação de poder em que o homem assume um papel dominador, conforme já verificamos também em outras crônicas. Novamente apresenta um posicionamento diferenciado em relação aos papéis sociais de gênero. Ainda sobre o crime cometido pela moça, declara:

Já fui muitas vezes jurado; já sofri muito por causa disso; mas, se eu fosse escolhido para o júri de dona Julieta Melilo, eu a absolveria. Absolvia, minha senhora, porque não gosto desses seres cheios de títulos, que não amam a mulher a quem eles deviam amor (BARRETO, 2018, p. 750).

Quando o escritor comenta o seu suplício ao atuar como jurado, ele nos remete ao caso relatado em “Lavar a honra, matando?”, em que Lima constatou grande arrependimento em ter absolvido um homem que matou a mulher. Aqui a situação se inverte: uma mulher comete o assassinato do marido, porém Lima não a condena. Para ele, Julieta teria sido a vítima e não o marido, que foi assassinado, pois

ele a enganou. Novamente está em pauta a questão de que a legislação da época não favorecia as mulheres, assim como foi mencionado por ele também na crônica “A lei”. É interessante observar que, além da defesa da mulher, Lima também expõe, mesmo que de forma indireta, que ele nega a masculinidade como algo dominador e até mesmo violento. Ele afirma que Julieta pensou que o marido fosse “um homem”, mas descobriu que se tratava de um “caçador de dotes”, ou seja, para Lima, “ser um homem” seria ser alguém que não enganasse a esposa e que não a usasse meramente com o objetivo de enriquecer. Além de considerar-se abertamente contra a dominação masculina sobre a mulher, conforme já vimos nas outras crônicas.

A próxima crônica de nossa seleção é intitulada “Quereis encontrar marido? Aprende!” . Lima escreveu o texto após encontrar numa livraria um pequeno livro com o título “Quereis encontrar marido? – Aprende! ...”, de Dona Diana D’Alteno³, e tece alguns comentários sobre o que leu. Segundo ele, o livro em questão é voltado para moças solteiras e a autora fala sobre os perigos da diminuição dos matrimônios, pois isso acarretaria a diminuição da população (BARRETO, 1919). Lima discorda dela afirmando que “pode haver multiplicação da humanidade sem ele” (BARRETO, 1919, p. 68), o matrimônio. No livro, a autora também menciona que os homens teriam medo do casamento, ponto rebatido por Lima: “O ‘homem’ não tem medo do matrimônio, o ‘homem’ o quer sempre. A culpa é da mulher que escolhe muito” (BARRETO, 1919, p. 69). Engraçado notar que, em outras crônicas, Lima defenderá a educação feminina para que, justamente, as mulheres possam escolher seus futuros maridos com mais sabedoria. Mas aqui relata que elas escolhem demais, outra incongruência.

³ Buscamos pesquisar sobre o livro e autora com o objetivo de conhecer melhor a obra mencionada por Lima, porém não foi possível encontrar o original ou alguma bibliografia que faça um estudo sobre o livro.

A autora do livro comenta sobre a importância da maternidade e que ela seria uma “glorificação da mulher”, ponto com que Lima está de acordo. Segue o texto criticando as mulheres que estariam procurando empregos em vez de dedicarem-se à maternidade:

E essas suas palavras vêm a pêlo agora quando várias senhoritas se assanham para entrar para a estrada de ferro, para o Tesouro, como funcionárias públicas. Há nisto vários erros, uns de ordem política, outros de ordem social. Os de ordem política consistem em permitir que essas moças se inscrevam em concurso para aspirar um cargo público, quando a lei não permite que elas o exerçam. Não sou inimigo das mulheres, mas quero que a lei seja respeitada, para sentir que ela me garante (BARRETO, 1919, p. 69).

Conforme mencionamos acima, Lima questionou a lei em diversas situações que julgou que mulheres estariam sendo prejudicadas, como ocorreu na crônica “A lei”. No entanto, quando se trata da entrada das mulheres em cargos públicos, pede que a lei seja cumprida. Perguntamo-nos novamente: por que a questão do trabalho feminino o incomodava tanto? Porque a sua defesa pelas mulheres, presente em diversas crônicas, não se estendeu também a este quesito? Continua: “Mulher não é, no nosso direito, cidadão. Está sempre em estado de menoridade” (BARRETO, 1919, p. 69). Ele finaliza a crônica trazendo a mesma citação de Krafft-Ebbing que utilizou na crônica “A amanuensa”: “Krafft-Ebbing diz, não sei onde, que a profissão da mulher é o casamento; por isso cumprimento Dona Diana D’Anteno por ter escrito o seu interessante opúsculo – Quereis encontrar marido? – Aprendei!...” (BARRETO, 1919, p. 69).

Na crônica “Os uxoricidas e a sociedade brasileira”, Lima faz uma série de críticas ao casamento e afirma que ele seria uma decepção, especialmente para as mulheres. É digna de nota a forma pela qual ele teceu críticas importantes e podemos

dizer, à frente de seu tempo, sobre questões femininas, mas, quando as mulheres conquistam algo que não lhe agrada, ele retorna a um argumento mais tradicional e declara que o casamento é o papel da mulher. Em sua defesa, podemos considerar que a conquista de cargos públicos pelas mulheres muitas vezes foi feito de forma ilegal, o que foi mencionado por ele, mas em outras situações ele mesmo questionou a legislação brasileira, como na situação em que menciona o caso do aborto, por exemplo.

Ainda em 1919, Lima escreve “Modas femininas e outras”, crônica que traz comentários sobre a vestimenta feminina, incluindo um tópico novo dentro os assuntos tratados até então. Ele comenta a grande quantidade de crônicas da época que falam sobre as mudanças na vestimenta feminina, tratando-as de modo negativo (BARRETO, 2018, p. 758). Alega que, conforme as mudanças foram acontecendo, “todos teimaram em encontrar nesses vestuários das damas provas de impudicícia, de despudor e outras coisas correlatas” (BARRETO, 2018, p. 758). E, de forma irônica, estabelece uma sugestão para “resolver” o problema:

A minha ideia era nomear uma comissão que estabelecesse a base de um projeto sobre os comprimentos dos saíotes e dos decotes, fixando o que podia ser visto ou não. Nessa comissão entrariam sacerdotes e sacerdotisas de todas as religiões, inclusive a de Vênus, estetas acadêmicos ou não, membros da Liga pela Moralidade, da Defesa Nacional e Nacionalista e, mais ainda, alguns negociantes de fazendas, fitas e bugigangas. Cada um estudaria a questão no seu ponto de vista e todos apresentariam um trabalho completo ao Parlamento Nacional (BARRETO, 2018, p. 759).

Complementa ainda que seria difícil as pessoas envolvidas na comissão se entenderem, mas eles devem “esforçar-se para tal conseguir no objetivo da felicidade do país” (BARRETO, 2018, p. 759). Claramente a suposta “comissão” que avaliaria as vestimentas femininas seria uma brincadeira de Lima, já que é improvável que a

moda feminina fosse relevante politicamente. Com isso, demonstra a futilidade de parte da sociedade em julgar as vestimentas das mulheres. Apontando a incoerência social, Lima comenta: “eu não sei quando eles têm razão, se é quando estimam as mulheres ultradecotadas nos grandes bailes e teatros, ou se é quando acham isto indecente no meio da rua” (BARRETO, 2018, p. 258). A questão é que, para ele, o caráter de uma mulher não seria definido pela peça de roupa que ela estaria usando, uma forma de pensamento à frente de seu tempo.

Em outro texto, “A moda Feminina”, ele trará novamente a questão das vestimentas femininas. Mais uma vez escreve sobre os moralistas e o seu julgamento em relação às roupas das mulheres: “É gente difícil de contentar, esta dos moralistas. A anquinha era indecente, a saia travadinha também, o colete *droit-devant* idem, o vestido camisola também, e assim por diante” (BARRETO, 2018, p. 298). No texto, Lima conta sobre a “Liga pela Moralidade”, uma organização formada por católicos que visavam reforçar os ideais de feminilidade, masculinidade, honra e família de acordo com os preceitos da Igreja Católica (OLIVEIRA, 2018). Referindo-se a um dos líderes do movimento, ele diz:

É preciso perguntar a esses homens severos e austeros discípulos do senhor Peixoto Fortuna como é que querem que as moças se vistam. Estou a adivinhar que os figurinos de sua predileção são os que marcam o corte no vestuário, usado pelas irmãs de caridade, do Sagrado Coração de Jesus (BARRETO, 2018, p. 298).

Fazendo uso da ironia, ele afirma que os moralistas gostariam que mulheres usassem roupas de freiras, também ridicularizando o fato de que os homens seriam os responsáveis por definir quais roupas mulheres poderiam, ou não, utilizar. Lembramos que existem diversas formas de se controlar o corpo feminino, sendo a vestimenta uma delas. Tanto em “Modas femininas e outras” como em “A moda

Feminina”, Lima demonstra que existem uma moralidade que determina quais seriam os trajes apropriados para uma dama.

Vemos a relevância das organizações sociais em instruir e julgar as moças que ousavam seguir os ditames da moda, considerada imprópria segundo seus preceitos, reforçando os estudos de Joan Scott sobre o papel das instituições na construção dos gêneros (SCOTT, 2019, p. 68). Ainda, ressaltamos o fato de que “o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 2019, p. 67), ou seja, o controle da vestimenta feminina estabelece uma relação de poder sobre a mulher. No caso da Liga pela Moralidade, temos homens ditando o vestuário apropriado para as mulheres. As vestimentas também são uma forma de se estabelecer uma relação material com o gênero, visto que “os gêneros são instituídos pela estilização do corpo” (BUTLER, 2019, p. 214), ou seja, as vestimentas fazem parte da caracterização do que se entende como uma mulher feminina. Lima continua a crônica “A moda feminina” comentando que a Liga pela Moralidade associa a suposta indecência dos trajes femininos com a diminuição do número de casamentos, algo que ele discorda e oferece outra resposta irônica:

Em toda transação comercial, e o casamento sempre foi isso, é de hábito pedirem-se amostras das mercadorias a vender. Não é verdade? A liga do senhor Fortuna não quer isso, tem a ingenuidade de ignorar verdades tão reles (BARRETO, 2018, p. 298).

Novamente vemos que Lima critica o casamento, além de demonstrar certa ousadia ao afirmar que seria correto o noivo olhar “a mercadoria”, no caso a mulher, antes de confirmar o casamento. O fato é que ele mesmo admirava as moças em seus passeios pela Rua do Ouvidor, conforme descreve em seus textos ao relatar suas andanças pelo Rio. O escritor segue o texto defendendo que a escolha da moda deve

ser feita pelas mulheres:

Essa história de “conquistadores” não pode ser argumento contra a moda atual. Seja ela como for, até trancando as damas em cofres, depositando-as no fundo do mar, como fez aquele gigante das Mil e uma noites, não há meio de impedir a missão dos “leões”, senão a vontade das próprias mulheres (BARRETO, 2018, p. 299).

A moda, para Lima, teria como objetivo “acrescentar ou realçar a beleza das mulheres, segundo o gosto do tempo e lugar, atraindo-lhes a admiração dos homens” (BARRETO, 2018, p. 299). Esta crônica nos apresenta um Lima interessado em apreciar a beleza feminina, indicando que o vestuário realçaria a beleza das mulheres. Expressa que não vê sentido no incômodo de parte da sociedade em julgar e vilanizar as roupas usadas por mulheres. Importante ressaltar que, para ele, o que vale é a vontade das mulheres, sem colocar nisso um julgamento moral que deprecie a mulher.

A próxima crônica é “Amor, cinema, telefone”, em que Lima fala sobre algumas modernidades de seu período e acaba associando-os com o mundo feminino. Ele afirma que não é muito fã do cinema e que não gosta dos atores e atrizes norte-americanos, além de achar as histórias dos filmes “pobres de invenção” (BARRETO, 2018, p. 296). Segue o texto contando sobre um caso de adultério envolvendo o cinema: “ainda outro dia, no inquérito a que a polícia procedeu, sobre aquela tragédia conjugal na rua Juparanã, veio a saber-se que a esposa culpada conhecera o seu sedutor no Cinema Z” (BARRETO, 2018, p. 297), demonstrando uma visão negativa e até “perigosa” sobre o cinema. Segundo Lima, “outro aparelho bem moderno, que está sendo fator constante da dissolução da família, é o telefone” (BARRETO, 2018, p. 297). Para ele, o telefone vinha sendo usado como “medianeiro de amores ilícitos e criminosos” (BARRETO, 2018, p. 297). Menciona também que sempre observa as mulheres “atracadas” ao telefone conversando e se pergunta sobre o que estariam falando. Finaliza o texto com o comentário a seguir:

O amor deve ser combatido. Ele é o causador, parte primacial, de todos os crimes, violentos ou não, da loucura, do suicídio, do jogo e, até muitas vezes, da embriaguez e intoxicações de toda a sorte. Todo o instrumento, aparelho que facilita a sua obra, deve ser proibido, acho eu (BARRETO, 2018, p. 297).

A crônica apresenta um Lima amargurado, seja com a modernidade (representada pelo cinema e o telefone) ou por seu posicionamento negativo diante do amor. Com isso ressaltamos nossa hipótese de que Lima não aceita muito bem algumas questões da modernidade, como o cinema e o telefone, o que explicaria também a rejeição às ideias feministas. Estes fatores da modernidade são elementos que nos remetem à *Belle Époque* carioca. Estes novos itens da sociabilidade urbana também podem ser entendidos como “tecnologias de gênero”. Para Teresa de Lauretis, “a construção do gênero ocorre através das várias tecnologias de gênero (por exemplo, o cinema) [...] com o poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e “implantar” representações (LAURETIS, 2019, p. 142). É perspicaz a visão de Lima em notar como estes elementos interferem e modificam as práticas cotidianas femininas. Também é curioso associar essas modernidades como ameaças à moralidade e às famílias, apresentando um discurso mais conservador em relação a outras crônicas analisadas.

A crônica seguinte, “Amazonas do Assírio”, traz uma breve reflexão sobre um fato cotidiano do Rio: duas mulheres teriam partido para uma briga física em um bar da cidade chamado Assírio. O episódio o fez refletir sobre a lenda das Amazonas, por isso o título do texto. Ele diz que as Amazonas não brigavam entre si, “mas contra homens unicamente” (BARRETO, 2018, p. 317). Já “as damas do elegante porão do Municipal, porém, não procedem assim. Deixam de parte os marmanjos e se engalfinham entre elas”. (BARRETO, 2018, p. 317). A cena descrita por Lima nos permite afirmar que há uma quebra na performatividade de gênero representada pelas

moças, já que não seria uma atitude apropriada para a natureza feminina entrar em confronto físico. A atitude das moças acaba por “contestar” o roteiro de seu papel de gênero, já que realizam uma performance inesperada: a luta física (BUTLER, 2019, p. 229). A ação desencadeia uma reação negativa por parte de Lima, assustado com o comportamento das moças.

Afirma ele, de forma irônica: “não posso deixar de aprovar-lhes o procedimento, porque vai nisso um verdadeiro progresso. Se elas ficassem no papel de Amazonas da mitologia, que seria delas, do champagne e das sedas?” (BARRETO, 2018, p. 317). Segundo o escritor, a briga causaria a quebra de garrafas de vinho e os vestidos estragariam, o que causaria lucro para os comerciantes. Finaliza a crônica pontuando:

Dou parabéns àquela dependência do Municipal, por ter podido presenciar mais esse progresso moderno nos costumes femininos. Não foi à toa que ele, o teatro que devia regenerar a nossa literatura dramática, custou tão caro... (BARRETO, 2018, p. 317).

De forma irônica, Lima manifestou estar assustado com os novos “hábitos” femininos que envolveriam a briga física. Ele desconhece alguma referência de mulheres guerreiras na vida real, por isso as compara com as amazonas, personagens de seu imaginário literário. Ele naturalmente associa a questão da violência aos homens, por isso, a ação das moças o deixa assustado. É coerente com o discurso médico de sua época, que ditava quais eram as formas de comportamento para homens e mulheres conforme vimos em Soihet (2004). Novamente vemos um Lima atravessado por novidades da modernidade que o deixam desconfortável, sendo que esta modernidade é representada também por mudanças comportamentais no mundo feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa tivemos o objetivo de investigar a visão de Lima sobre o feminino, analisando também as relações de gênero presentes nelas. Acreditamos que a seleção de crônicas deste trabalho deixou evidente que Lima tratou sobre o feminino passando por diversos temas e pautas: comentando sobre suas vestimentas, defendendo a educação e pontuando coisas que lhe incomodavam, como as ações do movimento feminista. A análise do material nos possibilita fazer algumas considerações do autor sobre o feminino, ampliando a visão sobre sua obra. No material investigado, Lima demonstrou não estar totalmente de acordo com o paradigma vigente sobre o feminino, já que, em mais de um texto, afirmou que não considera as mulheres submissas ao homem, acredita que as relações amorosas devem incluir o respeito, sem imposições por parte do homem, e que a vontade das mulheres deve ser respeitada. O seu olhar atento ao feminino confirma que, além de não enquadrar as mulheres em um modelo de comportamento propagado durante a *Belle Époque*, que ditava que mulheres deveriam ser submissas e dedicar a vida ao casamento e à maternidade, o escritor percebia como elas eram tratadas com inferioridade naquela sociedade.

Vemos esta percepção presente nas crônicas em que ele denunciou os assassinatos de mulheres, ao escrever que considerava um abuso as mulheres adúlteras serem obrigadas a pagar com prisão pela traição enquanto os homens ficavam impunes do assassinato. Ou quando usa de sua ironia para ridicularizar a organização que queria limitar as vestimentas das moças, defendendo que o que deveria ser priorizado era a escolha da mulher. Questionou também a instituição do casamento, considerado o grande objetivo de vida para a mulher naquela sociedade, afirmando que as mulheres eram como escravas de seus maridos. Além disso, vimos

a sua veemente defesa por uma educação mais científica para as moças, já que considerava que isto traria bons frutos para a sociedade como um todo. O conjunto de crônicas analisado demonstra que Lima representou as mulheres de maneira humana e foi possível perceber que ele sentia empatia diante das injustiças sofridas por elas.

Mesmo nas crônicas em que fez críticas ao feminismo, vimos que o seu problema estava mais na politicagem que o movimento envolvia, e em alguns casos até a ilegalidade, do que com as mulheres em si. Certamente, não podemos afirmar que Lima estava totalmente livre das influências do paradigma de gênero, já que, reconhecemos que, em alguns momentos, o autor acaba reafirmando-os, como ocorre quando associa as mulheres com o espaço privado. Podemos afirmar que Lima nos dá vários indícios de que, além de questionar algumas imposições sociais feitas às mulheres, ele também fugia do padrão de um homem dominador. A sua sensibilidade em tratar os temas mencionados também nos fornece a base para afirmar que ele mesmo não se enquadrava nesse padrão de masculinidade dentro do patriarcado.

Acreditamos que esta análise tenha contribuído para ampliarmos o debate sobre o feminino e os estudos de gênero em Lima Barreto, já que buscamos demonstrar que Lima estava atento às várias formas de vivências femininas e foi empático com a situação das mulheres em vários momentos. Desmistifica-se, assim, a imagem de Lima Barreto como apático às mulheres ou como um homem pouco conhecedor do feminino. Ressaltamos ainda a necessidade de que sejam desenvolvidas mais pesquisas com este enfoque. Apontamos a possibilidade de futuros estudos sobre a masculinidade na obra Lima, fator pouco discutido na crítica literária.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, J.M.O. O pré-modernismo: a luta entre passadistas, modernos e modernistas no campo artístico brasileiro. **Pensares em Revista**. São Gonçalo, RJ. N.1, pp. 117-132, jul.-dez. 2012.

ARRIGUCCI, D. Fragmentos sobre a crônica. In: _____. **Enigma e comentário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 51-66.

BARBOSA, F.A. **A vida de Lima Barreto**. 11 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BARRETO, L. **Bagatelas**. Rio de Janeiro: Empresa de Romances Populares, 1923.

_____. Diário Íntimo. In: _____. **Lima Barreto**: obra reunida, volume 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018, pp. 443-669.

_____. **Lima Barreto**: obra reunida, volume 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

_____. **Lima Barreto**: cronista do Rio. Organização Beatriz Resende. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2020.

_____. **Crônicas**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/>. Acesso em: 17 set. 2022.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 52 ed. São Paulo: Cultrix, 2017.

BOTELHO, D. **Letras militantes**: história, política e literatura. Dezembro de 2001. 234 p. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

_____. Sobre os meios e modos de fazer jornalismo na Primeira República: Lima Barreto entre a história e a ficção. **Antíteses**, Londrina, v.6, n.11, pp. 32-52, jan./jun.2013.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Trad.: Maria Helena Kühner. 20ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.

BRASIL. **Código Penal dos Estados Unidos do Brasil**. Decreto nº 847, de 11 de Outubro de 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 17 nov. 2022.

BUTLER, J.P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, H.B. (Org.) **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 213-230.

CANDIDO, A. A vida ao rés-do-chão. In: DRUMMOND, C. et.al. **Para gostar de ler: crônicas**. Vol. 5. São Paulo: Ática, 2003, pp. 89-99.

CARVALHO, J. M. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARVALHO, M.P.F.S. Ética e Gênero: a construção de uma sociedade mais feminina. **Kalagatos**. Fortaleza, v.3 n.6, verão 2006, pp. 67-89 – Número Temático: a filosofia e as mulheres.

CORRÊA, H.S.S. **A construção da mulher sob a ótica de Lima Barreto na revista A.B.C.** In: Fazendo Gênero 9- Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CURY, M.Z.F. **Um mulato no Reino de Jambom: as classes sociais na obra de Lima Barreto**. São Paulo: Cortez, 1891.

D'INCAO, M.A. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, M. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ENGEL, M.G. Gênero e política em Lima Barreto. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 32, janeiro-junho de 2009, pp. 365-388.

FERNANDES, A.H.C. O feminino nas crônicas de Lima Barreto: Rio de Janeiro 1905-1922. In: **Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História**. ANPUH/SP – UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004.

FURTADO, F.C. **Perfis da Belle Époque brasileira: uma análise das figuras femininas de Lima Barreto**. Junho de 2003. 132 p. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

FRANÇA, F.F.; CEZAR, K.P.L. Nova proposta de educação na Primeira República brasileira: a co-educação dos sexos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.27, pp. 127-142, set. 2007.

GAMA, M.S. **Entre mulheres e fronteiras, um escritor**: lugares do feminino na obra de Lima Barreto (1902-1922). Agosto de 2015. 202 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2015.

HALL, S. **Cultura e representação**. Trad.: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, H.B. (Org.) **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 95-118.

HAHNER, J. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas**: 1850-1937. Editora brasiliense: São Paulo, 1981.

KARAWAJCZYK, M. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, PUCRS, v.40, n.1, pp. 64-84, jan.-jun. 2014.

LAURETIS, T. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, H.B. (Org.) **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 121-155.

MESSIAS, M.C.N.; JACÓ-VILELA, A.M. Relações de gênero e poder na *Belle Époque*: entre discursos e práticas. **Revista Psicologia em Pesquisa**. Juiz de Fora. Setembro-Dezembro, 2018.

NEVES, M.S. História da crônica. Crônica da história. In: RESENDE, B. (Org.) **Cronistas do Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio: CCBB, 1995, pp. 15-31.

OLIVEIRA, C.B.S.G. **Liga pela Moralidade**: um estudo sobre a organização carioca e seus feitos (1912-1926). Novembro de 2018. 46 p. Monografia (Licenciatura em História) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

PINTO, C.R.J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RESENDE, B. Rio de Janeiro, cidade da crônica. In: _____. **Cronistas do Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio: CCBB, 1995, pp. 33-55.

SCHWANTES, C. Dilemas da representação feminina. **OPSIS – Revista do NIESC**, Vol. 6, 2006.

SCHWARCZ, L.M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Lima Barreto**: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. A Primeira República e o povo nas ruas. In: _____. **Brasil**: uma biografia. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 318-350.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, H.B. (Org.) **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 49-80.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SOIHET, R. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**. Set/Out/Nov/Dez, nº 15, 2000, pp. 97-117.

_____. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, M. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

VASCONCELLOS, E. Lima Barreto: misógino ou feminista? Uma leitura de suas crônicas. In: CANDIDO, A. (Org.) **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1992, p. 255-269.

_____. **Entre a agulha e caneta**: a mulher na obra de Lima Barreto. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999.

WOLLSTONECRAFT, M. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução: Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

ZUMTHOR, P. **Performance, recepção, leitura**. Tradução: Jerusa Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Ubu Editora, 2018.